



MUNICÍPIO DE LAGOA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 1/2023-----

-----1.ª Sessão Ordinária de 2023-----

-----15 de fevereiro de 2023-----

----- Ao décimo quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria Licínia Mendes Lourenço, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária.-----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
António Neves Nobre	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Vitor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Tânia Limão	Partido Social Democrata
João Pedro Oliveira	Movimento Lagoa Primeiro
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Sónia Cristina Afonso Silva	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista



Elsa Vieira Mendes	Partido Socialista
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estombar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereador (PS)
Ruben Patrício Infante Palma	Ruben Patrício Infante Palma
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu as boas vindas à sessão de 15 de fevereiro, que decorreu no Auditório Carlos do Carmo do Carmo. Deu nota de que, dada a ausência da senhora Secretária da Mesa, a Deputada Municipal Fátima Lopes, convidou para a Mesa, em sua substituição, a senhora Deputada Municipal Maria Licínia Lourenço, a quem agradeceu a disponibilidade para integrar a Mesa. Saudou o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e senhores Vereadores, as senhoras e senhores Deputados Municipais, as senhoras e senhores jornalistas, cidadãos presentes na sessão, cidadãos que assistiam à transmissão em direto da sessão através do YouTube, no Facebook do município de Lagoa, bem como da plataforma da Lagoa TV. Saudou e agradeceu aos técnicos e demais colaboradores do município que os assistem tecnicamente e dão apoio na sessão, assegurando as necessárias condições técnicas, operacionais e de funcionamento, bem como a realização da transmissão em direto da sessão. Nas advertências gerais, como habitualmente, recomendou-se que se desligassem os telemóveis ou fossem



colocados em modo silêncio por modo a não interferir no normal funcionamento da sessão, nem na respetiva transmissão em direto. Informou que a sessão seria gravada em suporte vídeo e áudio destinando-se a gravação à feitura da ata da sessão. A sessão era transmitida em direto através do canal do YouTube e da página oficial do município, do Facebook e da Lagoa TV. Os cidadãos participantes na sessão deveriam, no início da sua locução, autorizar a Assembleia Municipal a transmitir em direto e a gravar a sua intervenção em suporte áudio e vídeo, bem como a utilizar o respetivo registo de som ou imagem para efeitos de transmissão em streaming e ulterior divulgação em plataformas eletrónicas ou em qualquer outro suporte de comunicação. Os cidadãos que se tivessem inscrito para participar na sessão através da plataforma online, estavam dispensados de o fazer, uma vez que ao preencher o respetivo formulário já autorizavam expressamente a captação de imagens. Contudo, e por haver cidadãos que participam através do telefone ou de e-mail, o pedido participação, esses deveriam no início da intervenção dar autorização para transmitir em direto para efeito de proteção de dados. Deu nota de não ser permitido o registo de som ou imagem sem autorização prévia da Assembleia Municipal, com exceção, naturalmente, para a Comunicação Social. Feitas as advertências gerais, declarou-se aberta a Sessão Ordinária Municipal de Lagoa de 15 de fevereiro de 2023.---

#### ***I – Período de Intervenção dos Cidadãos*** -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que se daria início ao Período de Intervenção dos Cidadãos, ao abrigo do artigo 36.º n.º 1 do Regimento, chamando a particular atenção para o facto de o Período de Intervenção dos Cidadãos ser de 30 minutos, significando que, havendo seis pessoas inscritas, cada cidadão inscrito teria direito ao uso da palavra durante 5 minutos. Apelou, assim, a que fosse feita a gestão daquele tempo por forma a que os trabalhos decorressem com absoluta normalidade. Tal como referido anteriormente, com a criação do novo município de Lagoa apresentada ao público no dia 16 de janeiro, a Assembleia Municipal passou a dispor de mais uma modalidade de inscrição no Período de Intervenção dos Cidadãos, para além dos habituais, e-mail ou telefone e que consiste no formulário online a preencher e submeter até às 17 horas do dia da sessão, tratando-se de mais uma ferramenta para facilitar o acesso dos cidadãos à Assembleia Municipal e estimular, naturalmente, a participação cidadã na democracia local. Assim, estavam inscritos seis cidadãos para intervir: Bruno Silva, Judite Fernandes, Carlos Sobrinho, Júlio Piscarreta, Anabela Blofeld e Nelson Gonçalves. Por ordem de inscrição para uso da palavra foi concedida a palavra ao cidadão Bruno Silva.-----

-----No uso da palavra concedida, o cidadão **Bruno Silva** fez a seguinte intervenção: «Olá, muito boa noite. Permito que passem a gravação. Boa noite ao senhor Presidente da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Deputados da Assembleia Municipal. O que me traz hoje aqui é poder vir aqui falar do Centro de Saúde do Parchal ou das decorações de Natal que, por momentos, pensei que algumas aldeias e vilas não pertencessem ao concelho e depois vi as placas dos 250 anos e então vi que pertenciam ao concelho, mas isso vou deixar para os Deputados Municipais fazerem perguntas ao senhor Presidente. O que me traz hoje aqui é mais grave do que isso. Como sabem, sou Deputado da União de Freguesias de Estômbar e do Parchal e, infelizmente, o que se tem passado naquela União de Freguesias das



Assembleias é vergonhoso. É vergonhoso porque eu fui eleito pelas pessoas da mesma forma que o senhor Presidente da Câmara também foi e os Deputados membros também foram e vou aqui expor simplesmente uma razão, espero que o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara tomem uma posição sobre isto porque isto vindo a acontecer a nível nacional e então também já acontece na minha União de Freguesias e se calhar se for vasculhar o que se passa, se calhar também vou encontrar outras Uniões de Freguesia ou noutras Freguesias ou noutras Câmaras, mas isso não me compete a mim. Compete-me, sim, para aquilo que fui eleito, que é para a União de Freguesias. Eu fiz uma pergunta ao senhor Presidente da Junta, em setembro, na Assembleia de Freguesia e perguntei ao senhor Presidente da Junta de Freguesia se havia contratos entre o Executivo e familiares. O senhor Presidente da Junta negou, disse que não havia, afirmou e consta em ata e depois venho a verificar que existem contratos de ajuste direto a familiares, ou seja, existe um contrato de ajuste direto de 8 000 EUR à sobrinha e ao irmão, de 8 000 EUR. O senhor Presidente da altura disse que não havia, afinal, já há, mentiu e esquece que quando tomou posse fez um juramento e jurou, por isso, se isto é uma mentira, o que mais posso falar. Existe também outro contrato, e este considero que ainda é mais grave do que o ajuste direto à família. Existe um contrato de 147 000 EUR a uma empresa de um primo, que não é primo, que é primo da mulher, mas ele está casado há 40 anos com a mulher, mas não é primo dele. Era um contrato para 90 dias, os 90 dias já passaram, afinal houve um erro de projeto, agora a obra está parada e vai ter que haver uma justificação e vai passar os 147 000 EUR, para os superiores 150 000 EUR, ou seja, já está aqui mais uma salgalhada feita pelo senhor Presidente da Junta. E isto é uma coisa que o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Assembleia têm que começar a verificar, porque isto aquilo parece um regabofe. E como se isto não bastasse, esta salgalhada toda, o mais vergonhoso foi o orçamento de 2023 e vou dizer porque é que foi vergonhoso. Constavam no ponto n.º 2 e n.º 3 da Ordem de Trabalhos e foram dois pontos que foram a votação sem nenhum membro da Assembleia da Freguesia ter acesso à documentação. Como é que é possível pôr no orçamento de 2023 à votação sem nenhum membro ter acesso à documentação. Eu quero perguntar ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia se isto é possível, é que já perguntei a várias pessoas que fazem parte de outras Freguesias e de outras Câmaras, do PS e do PSD, e dizem que é impossível e na minha Freguesia foi possível meterem à votação. O PS como tem maioria absoluta votou a favor, ou seja, votou a favor de um documento a que ninguém teve acesso. Isto é passar um cheque em branco e como se isto não bastasse ainda foi a delegação de competências. O dinheiro dado pela Câmara, que foi os 240 000 EUR também foi aprovado sem ninguém ter acesso. É que o que se passa lá é vergonhoso, é uma falta de profissionalismo, uma falta de competências e quando não se tem competências não se vai para os cargos. Eu quando não sei pergunto ou tenho formação, graças a Deus o meu partido dá algumas formações e quando não a tenho pergunto a outras pessoas que estão aqui e que são mais experientes do que eu e que me tirem as dúvidas. Mas o que se passou, o que se tem passado na União de Freguesias, na minha União de Freguesias, é completamente vergonhoso. Já não falo da tomada de posse em que a urna foi uma caixa de canetas da Bic, isto não pode acontecer, meus senhores, estamos no século XXI e acho que a União de Freguesias de Estômbar e Parchal merece mais respeito. E termino assim, se quiserem a minha documentação, senhor Presidente, tenho aqui a documentação toda dos contratos e quem faz parte das empresas.----





Handwritten initials in blue ink, possibly 'J.F.' and a signature.

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, chamou a atenção de que a Assembleia Municipal não era o fórum próprio para ajuizar do comportamento dos executivos das Freguesias, de alguns dos seus membros ou de membros da Assembleia de Freguesia, sendo este órgão da Freguesia que tem competência para fazê-lo. As questões colocadas poderiam ter relevância no quadro da Assembleia de Freguesia de Estômbar, não necessariamente na Assembleia Municipal, a menos que se tratasse de matéria objeto do contrato Interadministrativo de delegação de competência, celebrado entre o Município de Lagoa e a União de Freguesias de Estômbar e Parchal. Como as questões colocadas não se enquadravam no âmbito deste contrato, não seria ele nem o senhor Presidente da Câmara que responderiam a essas questões. No entanto, adiantou, em relação a outras questões básicas colocadas, nomeadamente em relação ao orçamento, que o Orçamento ou qualquer outra proposta ou documento, se não for objeto de apreciação e discussão, não deverá ser votado, pois a votação pressupõe a verificação das fases que a antecedem. Agradeceu a intervenção e, em seguida, passou a palavra à senhora Judite Fernandes.-----

-----Usou da palavra concedida a senhora **Judite Fernandes** proferindo a intervenção que, de seguida, se transcreve: «Boa noite a todos. Portanto, conforme disse, eu sou Judite Fernandes e estou aqui na qualidade de Vice-Presidente do GEOTA, que é o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente e também como hidrogeóloga, com 30 anos de experiência nesta atividade no Laboratório Nacional de Energia e Geologia. Portanto, eu sou um quadro da Administração Central do Estado. O tema que me traz aqui são as Alagoas Brancas. Em final de dezembro, emiti um parecer técnico sobre a hidrogeologia das Alagoas Brancas o qual foi amplamente divulgado pelos membros da Assembleia Municipal de Lagoa. Resumindo o parecer para aqueles que não o conhecem, portanto, o que é que acontece aqui, nós, a sul da cidade de Lagoa, temos uma depressão cársica alongada, com cerca de 7 km, que se inicia neste concelho e termina no concelho de Silves. Está associada a uma falha, que é a falha de Ferragudo, e está preenchida, essa depressão, com material aluvionar. Portanto, a zona das Alagoas Brancas situa-se na parte sudoeste desta depressão cársica O que é que acontece nas Alagoas Brancas? O baixo relevo, portanto, a baixa cota topográfica interceta a superfície freática do aquífero instalado na aluvião e forma um plano de água do tipo lagoa. A variação do nível da lagoa das Alagoas Brancas acompanha a variação sazonal do nível freático da aluvião conforme nós podemos verificar nos postos da região. O que me espanta é que, segundo a portaria 336/2019, de 26 de setembro, com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional para a delimitação das novas REN, toda esta depressão cársica é área estratégica de infiltração e proteção à recarga de aquíferos, bem como também é zona ameaçada por cheias naturais. A recente revisão do PDM de Lagoa, portanto é o aviso 16179/2021, de 26 de agosto, que é posterior a esta portaria, portanto, ela já estava em vigor, assim classifica grande parte da aluvião com estas duas tipologias, curiosamente, inexplicavelmente, excetuando as Alagoas Brancas. Acreditando que todas as partes estão de boa-fé na salvaguarda deste património natural, compete à Câmara retificar o PDM em termos de REN, notificar o promotor da alteração e encontrar outro terreno onde o projeto se possa desenvolver. O promotor que é o Engenheiro Joaquim Miguel Paupério, bem como o grupo económico que representa, que tudo indica ser a Sonae, uma vez que é o único grupo de retalho que ainda não está instalado em Lagoa, têm responsabilidades sociais para com as novas gerações e ambientais e não devem querer estar



associados à destruição da zona húmida das Alagoas Brancas. Portanto, neste sentido, gostaria de ter o vosso feedback àquilo que aqui foi dito. Obrigada.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e a concisão da exposição, cumprindo o tempo que lhe foi concedido. Seguiu-se a intervenção do senhor Carlos Sobrinho.-----

-----Tomou a palavra o cidadão **Carlos Sobrinho** realizando a seguinte intervenção: «Boa noite a todos. O meu nome é Carlos Sobrinho, sou professor e autorizo as filmagens. Eu venho aqui como cidadão, como simples cidadão, porque desde que cheguei aqui a Lagoa, estou perfeitamente atónito com o que estou a ver, o grau de destruição das Alagoas Brancas. Portanto, é o mesmo assunto. Tenho ouvido várias justificações para este nível de destruição e estou atónito porque, de facto, entendo que seria fundamental para a cidade de Lagoa, vendo o que estou a ver, portanto, seria fundamental um parque natural, um parque que fosse uma atração, não só turística, mas também um benefício para a própria cidade em diversos temas, por exemplo a nível de desporto, a nível por exemplo, porque vejo que as pessoas ficaram tão felizes por falar em desporto ainda, mas de facto se houver um parque natural onde as pessoas possam ir correr, fazer ginástica, etc. como se vê em variadíssimas cidades e não faltam exemplos disso, uma zona de lazer, de piqueniques, que propicia o turismo na própria cidade. Mais, estão questões científicas em causa, mormente o desaparecimento de espécies de aves., fica aqui expressa esta ideia e chamo a atenção para isto porque, de facto, temos vários exemplos no país de desaparecimento de determinadas espécies e depois a consequência no rompimento desse ciclo biológico, ou seja, outras ocuparão o lugar, mormente insetos e, naturalmente, propagação de doenças, inclusive destruição agrícola. Portanto, isto é visível por todo o país, mormente em Trás-os-Montes, em diversos tipos de cultivo. Portanto, não me parece um assunto com que se possa brincar sequer, não é? Além destas questões, vem a própria capacidade local de trocar dióxido de carbono por oxigénio, isto entre outros fatores que, certamente, cientistas explicarão melhor do que eu, que sou economista, sou um gestor. Portanto, eu no fundo estou mais atónito ainda, exatamente, como tenho ouvido falar sobre economia, e estou atónito pelo simples facto de que pessoas que me dizem que serão construídos ou apartamentos ou eventualmente hipermercados ou não sei quê, e fico atónito porque, de facto, se constroem naquele local que, por si só, representa algo de muito grave pelas razões expostas. Mesmo em termos económicos, parece-me um absurdo, perdão, ou pelo menos uma grande perda de potencial porque, eventualmente, se constroem lá torres ou coisa que o valha, muitas torres mais construiriam se o espaço fosse bem maior e conseguissem construir à volta. Portanto, não me parece que seja um argumento plausível para uma cidade como Lagoa. Inclusive, é uma perda potencial de mercado e tudo mais. Se for por uma questão de hipermercados menos sentido faz, porque olho para o lado e estão dois hipermercados com vários lugares, várias cidades do país demonstram o resultado dessa política, constrói-se um hipermercado, há uns empregos que se abrem, entretanto, as profissões ao lado, como não têm mercado suficiente para todos, portanto, acabam por despedir para conseguir manter as portas abertas. Portanto, não faltam exemplos pelo país pois certamente irão verificar isso com facilidade. Portanto, nem sequer esse argumento me parece lógico, em termos económicos, de facto, ainda fico mais perplexo com as justificações. Nas questões biológicas. desde questões agrícolas, agrícolas e económicas, desde questões bioeconómicas e, portanto, parece-me que



*J*  
*J*  
*↓*

aqui há diversas justificações que têm de ser clarificadas com argumentos racionais, com argumentos científicos e com argumentos que, pelo menos, façam sentido porque, de facto, não estou a ver nem eficiência económica, nem eficiência financeira a provir desses ditos projetos e, claro, não posso de maneira nenhuma fechar os olhos à questão do impacto ambiental tão importante numa época como a nossa, tão importante num momento de fortes transformações ambientais. Portanto, ficaria a aguardar que me dissessem alguma explicação mais racional do que tenho andado a ouvir até então. Muito obrigado pela vossa atenção.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e, em seguida, deu a palavra ao senhor Júlio Piscarreta.-----

-----No uso da palavra, o cidadão **Júlio Piscarreta** interveio da seguinte forma: «Começo a intervenção por lembrar alguns momentos da História de Portugal. O Rei D. Dinis foi um precursor a defender o avanço das dunas na região do Pinhal de Leiria e, mais tarde, o Rei D. João V promulgou uma lei que limitava a destruição do cume dos montes para não se dar a desagregação dos terrenos que ficavam a jusante desses montes. Mais tarde, nós vemos que em Portugal ainda há muitos agricultores, quando vão fazer a sua agricultura, ainda fazem a cultura seguindo, não as linhas de igual cota, mas sim a descida do monte abaixo, destruindo o terreno e levando para zonas onde há passagem de água. Nós aqui assim não temos essa situação, mas eu vi em pequenino como se chegava aqui a Lagoa, de carroça, e um lago de água que deu origem, há muitos anos o nome de Lagoa. Vemos por toda a parte o número imenso de poços que serviam para toda a gente ir tirar água e vi com surpresa, quando vim morar para aqui para o Algarve, a quantidade de eirados e cisternas para acumular a água. Portanto, a água é um bem precioso e é muito importante para aqui, para esta região. Então, eu vejo o seguinte, aliás eu ouvi várias vezes dizer que se ia fazer aqui uma ocupação as Alagoas Brancas para se fazer mais um hipermercado, mais um centro de comércio e outras construções. Então, isso fez-me lembrar do que se passou com a cidade de Viseu, é a cidade que tem o maior número de rotundas, então pensei que amanhã o Algarve vai-se candidatar a ser a cidade que tem o maior número de superfícies por número de habitantes que existe no concelho, se for avante esta ideia da construção desta maneira. A destruição que se vai dar de um habitat onde estão agora as Alagoas Brancas faz lembrar o meu tempo de criança em que havia imensos pássaros, havia imensa gente a apanhar dúzias e dúzias de pássaros, a armar com ratoeiras e agora não se vê pássaros aí, desse tempo que havia aqui, nos anos 40, aqui e em toda esta região, aqui do Algarve. Não sei se isso ainda vai perecer mais, a fauna que existe aqui na região e, eu pergunto-me porque a educação ambiental deve dar mais poder às crianças aqui nesta região, devem estar mais sensibilizadas para a proteção do ambiente, nomeadamente na região das Alagoas Brancas. Tenho dito.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e concedeu, seguidamente, o uso da palavra à senhora Anabela Blofeld.-----

-----Tomou a palavra a cidadã **Anabela Blofeld** realizando a seguinte intervenção: «Olá, boa noite a todos. Como sabem estou aqui, mais uma vez, a falar em representação do movimento cívico “Salvar as Alagoas Brancas”. A minha intervenção hoje baseia-se em responder às respostas do senhor Presidente à minha intervenção de dezembro passado. Senhor Presidente,



senhores autarcas, a matéria, o assunto das Alagoas está muito longe de ter sido devidamente debatido e apreciado nestas Assembleias com os cidadãos em geral. Nunca foi oferecido por este ou outro Executivo um debate aberto e sincero com os cidadãos. Até hoje, ninguém sabe o que aqui está planeado, inclusive na consulta pública do novo PDM foram em grande número os cidadãos contra este projeto e foram completamente ignorados. Sim, o processo está mais uma vez parado devido à terceira providência cautelar e esperemos que, desta vez, o senhor Presidente cumpra o que diz, aceitar a decisão do Tribunal, porque lembro-me que da primeira vez não o fez, pelo contrário, foi juntamente com o promotor recorrer da sentença. Porquê? Será porque também tem por ali lotes que quer para aumentar a Fatacil?.....

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interrompeu a cidadã apelando à contenção no uso da palavra, evitando insinuações, o que não era aceitável naquela Assembleia Municipal.-----

-----A cidadã **Anabela Blofeld** retomou a sua intervenção: «De lembrar que o senhor Presidente se dizia muito tranquilo, mas quando a decisão, e isto foi dito a jornais locais, portanto, está escrito em jornais locais, mas quando a decisão da CCDR com o apoio do ICNF lhe exigiu um estudo de impacto ambiental o senhor Presidente recusou fazer esse estudo impacto ambiental. As providências cautelares são levantadas à Câmara por uma razão muito óbvia, porque foi a Câmara que assinou o alvará. Fala muito em democracia e respeito, mas não quer ouvir os cidadãos. Por outro lado, quer abafar a sua voz e, sim, amedronta os cidadãos com histórias de perigos à saúde pública e altas indemnizações. A primeira, para mim, é uma falácia porque os senhores não vão acabar com as valas abertas, nem com os arrozais, nem com as águas da chuva e, portanto, haverá sempre mosquitos e, sem aves e outras espécies, eles aumentarão em número. A segunda, também para mim é uma falácia, porque está mais do que provado pelo advogado Doutor Rui Amores, em 2019, pelo Bloco de Esquerda, pelo PAN, que a Lei permite em situações como estas suspender o PDM e não ter que pagar qualquer indemnização. Assim o fizeram Silves e Loulé. Aqui só falta, na minha opinião orgulho no património local, vontade política e respeito pela natureza. Talvez se deveria gastar menos dinheiros públicos em festas e cartazes e salvar aquele que deveria ser o verdadeiro orgulho de todos os lagoenses. Os senhores sentem-se muito ofendidos pela revolta dos cidadãos, mas esquecem de quem está aqui a ser ofendido são os próprios cidadãos, porque os senhores continuam a ignorar todas as evidências do valor patrimonial, ecológico e de segurança dos próprios cidadãos. As leis, senhor Presidente, continuam a ser quebradas, as leis contra a natureza e animais protegidos e património local, um crime ambiental e a destruição do resto da lagoa de Lagoa. Em relação aos experts e peritos de todos aqueles que aprovaram este projeto há e haverá sempre muitos pontos de interrogação. Como é que peritos dão luz verde à construção numa zona húmida, numa zona inundável que, por milagre, no último PDM deixa de o ser e continuando com os peritos e experts, o senhor em particular, continua a negar o valor do estudo da Almargem, compilado por muitos outros peritos e experts que, pelos vistos, o senhor não dá valor absolutamente nenhum. Que outros estudos o senhor e o Tribunal têm para contestarem o valor do estudo da Almargem? Deixe-me adivinhar, o relatório de duas páginas do ICNF, em 2017. E por falar em estudos e pareceres também vai refutar agora o que já foi enviado para vossas excelências da GEOTA? São onze as associações e as ONGs que apoiam a defesa da proteção das Alagoas Brancas. Vão refutar todas elas? Vão continuar a dizer que ali





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

não há nada? E, por último, seria interessante o senhor explicar a todos, porque se tem recusado a dar entrevistas aos jornais e TVs nacionais, e se limita a repetir a mesma história das indemnizações, à imprensa local. Obrigada.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e passou a palavra ao senhor Rui Gonçalves.-----

-----No uso da palavra, o cidadão **Rui Gonçalves** proferiu a seguinte alocução: «Boa noite a todos. O assunto da minha intervenção é uma questão. Qual a origem do topónimo de Lagoa? Antes de mais, realçar que isto é uma pergunta e não uma afirmação, trata-se apenas de um pedido pois, segundo sei, temos que ter muito cuidado com o que se diz, podendo ser entendido e passível de processo de difamação, numa clara tentativa de calar um grupo de cidadãos pela defesa ambiental e contra o mais elementar direito conquistado pelo 25 de Abril, o direito à liberdade de expressão. Voltando à questão inicial e consultando o site da Câmara Municipal, aquilo que refere em relação ao topónimo de Lagoa é que o topónimo de Lagoa tem origem nas características do seu território. Pelo menos até à Idade Média, existia a leste da atual cidade, um ecossistema lagunar que foi assoreando. A drenagem dos terrenos, por ação humana, ter-se-á iniciado nos séculos XII e XIII, sob o domínio Islâmico, intensificando-se a partir do século XVI para exploração agrícola, conforme documentam as memórias de Frei João de São José. Ora, pois desde o século XII que o homo sapiens vem alterando este território, drenando e assoreando as lagoas e pântanos que deram o nome a esta terra, sendo que, há oito séculos atrás, não tinham conhecimento da importância ambiental, hídrica e ecológica destas zonas húmidas. Com todas as ferramentas e estudos que atualmente têm ao vosso dispor, desvalorizam o estudo da Almargem, financiado pelo Fundo Ambiental do Estado Português, que outros estudos têm em vosso poder e para contrapor as conclusões das ONGs que assinam o referido estudo, em representação de muitos técnicos credenciados e com experiência de vários anos nesta área? A título de exemplo, a GEOTA que já aqui falou aqui esta noite e que aqui referiu a importância das Alagoas Brancas na infiltração da água no aquífero e com a conseqüente importância na prevenção das cheias que, ainda assim, podemos lembrar as cheias de 88/89 naquela área onde, segundo me foi contado, andava-se de barco. Impermeabilizando estas esponjas hidrográficas, para onde irá toda a água das chuvas, que se pode verificar nesta altura nas Alagoas Brancas? Um concelho que se diz sustentável, como sabem a sustentabilidade é um triângulo económico, social e ambiental. Como podem apelar ao exemplo dos jovens quando se preparam para destruir um importante ecossistema e habitat de tantas espécies de fauna e flora? Querem ficar para a história do território como sendo os responsáveis pela terraplanagem e abetonação da última lagoa que deu nome à vossa terra, a esta terra? Obrigado a todos.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** cumprimentou a Mesa da Assembleia, os colegas Vereadores ali presentes, as senhoras e os senhores Deputados dos diversos Grupos Municipais, o público presente e aquele que também que os acompanhava em casa, a partir do YouTube e do Facebook do município, e



também da Lagoa TV, bem como todos os funcionários da autarquia que ali estavam. Respondendo às questões que foram colocadas, obviamente que relativamente à questão que foi colocada pelo Bruno não iria tecer nenhum comentário, por ser uma matéria do âmbito e da competência da União de Freguesias e da Assembleia de Freguesia. O Presidente da Câmara naquela matéria, enquanto Presidente da Câmara, não tem essa competência de julgar o que quer que seja, não sendo um assunto para o Presidente da Câmara nem para aquela Assembleia, como foi referido. Depois, relativamente às várias intervenções que foram feitas em relação às Alagoas Brancas disse não ir acrescentar mais daquilo que já tem dito e já foram várias vezes que falou sobre aquela matéria. O assunto encontra-se, como foi dito e muito bem, na terceira providência cautelar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, são conhecidos os desfechos das outras duas intervenções que existiram, há um comunicado do município de Lagoa que estava no anterior site e que também já está no novo e que explica tudo aquilo que é a posição do município relativamente a essa matéria. É uma decisão do Executivo, enquanto decorrer a providência cautelar e a sua análise, não faz qualquer tipo de comentário relativamente àquela matéria. Mas, obviamente, que as afirmações e as perguntas que foram colocadas naquela noite, pelos vários intervenientes, a quem cumprimentou e agradeceu as intervenções, mereciam dois ou três comentários. Desde logo, disse que a questão das Alagoas Brancas decorre de acordo com o plano de urbanização de Lagoa, a UP3, e que foi aprovada naquela Assembleia, que representa os 23 000 lagoenses, não naquele espaço mas noutra, mas que representa os representantes, passe a redundância, do povo lagoense legitimamente eleitos, foram eles que aprovaram o plano de urbanização da Lagoa UP3, que está em vigor e que se manterá em vigor até dezembro de 2023, se não vier daí uma outra prorrogação do Governo. O Presidente da Câmara e o Executivo exerceram um ato administrativo que foi validar aquilo que foi decidido pela Assembleia. Depois disse que houve várias consultas públicas, quer na altura da elaboração e da aprovação da UP3, bem como outras quando houve alterações e sobre aquele projeto. Não sabia onde estava a GEOTA nessa altura com os seus contributos que, se calhar, teriam sido preciosos, para que quem tem a responsabilidade civil tivesse, eventualmente, decidido de outra maneira. Particularmente tinha essa, há um hiato de tempo nos últimos 24 anos em que não participou na Assembleia e não teve nenhum cargo executivo, que foi precisamente nesse período em que foi aprovado esse plano de urbanização naquela Assembleia. Mas a sua missão enquanto Presidente da Câmara é a de cumprir e fazer cumprir a lei, sendo a Câmara um órgão de bem e, portanto, têm que fazer seguir aquilo que são os documentos e os instrumentos legalmente aprovados na autarquia. Também não é o Presidente da Câmara de Lagoa, nem aquele Executivo, nem aquela Assembleia que diz que não quer, não aceita fazer o que quer que seja, ou o estudo de impacto ambiental, ou dizer que é um crime ambiental pois quem decide se é um crime ambiental ou não, é o Juiz e o Juiz já se pronunciou sobre essa matéria, o Juiz do Supremo Tribunal Administrativo, que reconhece toda a legitimidade do processo, não reconhece o estudo da Almargem, não lhe dá esse valor e, portanto, a si cabe-lhe cumprir e fazer cumprir a lei e, portanto, quando houver uma decisão, como ali já disse variadíssimas vezes, quando houver uma decisão de um Tribunal que, eventualmente, transita em julgado e que os obriga a tomar uma posição diferente, será o primeiro, na defesa dos interesses de Lagoa, a tomar essa decisão de suspender o que houver para suspender. Disse também e corrigiu uma outra informação pois, de facto, o grupo Sonae tem interesses no concelho de Lagoa, mas não nas Alagoas Brancas curiosamente. Aquilo que está previsto para as Alagoas Brancas é a continuação de um projeto que já existe, ou seja, as



*[Handwritten signature]*

duas infraestruturas que já existem. Os dois espaços comerciais fazem parte do mesmo projeto e para esse novo nenhuma contestação, sendo um seguimento daquilo que já vinha de um ato devidamente formalizado e, portanto, o Presidente da Câmara e aquele Executivo a única coisa que tiveram que fazer foi esse tal ato administrativo e conceder a licença, porque assim está obrigado, porque tem obrigação de cumprir a Lei. Ainda assim, continuam a trabalhar com o ICNF e com a CCDR, e estarão sempre disponíveis para trabalhar com todas as entidades para se conseguir encontrar uma solução, e disso não haveria a mínima dúvida, mas sempre com o objetivo e propósito de cumprir e fazer cumprir a Lei e salvaguardar aquilo que são os legítimos interesses de Lagoa e dos lagoenses. Acrescentou que aquele Executivo e aquela Assembleia, estavam perfeitamente legitimados pelos lagoenses, pelas pessoas, porque tiveram eleições há pouco mais de um ano e que legitimaram quem ali estava de ambos lados e, portanto, sobre essa matéria disse não ter qualquer dúvida e, na altura das eleições, já eram conhecidas as posições das várias partes. Também quis aqui deixar muito claro que o Presidente da Câmara e o Executivo não têm qualquer preferência nem por uma parte. Aqueles cidadãos que defendem não edificar, ou pelo promotor que tem os seus direitos adquiridos. Não tendo nenhuma preferência por uma parte nem pela outra tem, enquanto Presidente da Câmara, compete-lhe sopesar as razões do lado e de outro e olhar para a lei e aplicar a lei, tão somente isso. Depois também disse compreender que o senhor Carlos Sobrinho não estaria lá há tempo suficiente para conhecer a realidade do concelho de Lagoa, pois têm um parque natural que é o Sítio das Fontes e todo o estuário do Rio Arade, têm imensos investimentos desportivos e têm isso muito bem clarificado, muito bem definido no PDM e na estratégia de desenvolvimento desportivo. Depois conhecem também muito bem a história de Lagoa, aliás não podia ser de outra maneira, de facto, não eram várias Lagoas, eram duas Lagoas a Lagoa do Cardo e a Lagoa Branca que se fundiram numa só e que tinha uma área de acordo, não com aquilo que se veem naquelas pesquisas fáceis que se fazem na Internet, mas de acordo com um historiador lagoense que fez um estudo aprofundado, o Doutor Gonçalo Monteiro, e tinha o prazer em partilhar com o senhor Nelson, sendo uma oferta da Câmara para ficar com um pouco da história de Lagoa, porque de facto eram duas Lagoas que se fundiram numa só, 2.2 km quadrados, uma área considerável e, eventualmente, ali onde estavam também tinham as Alagoas, onde estavam, porque toda a zona, não só não só a nascente, mas também a sul e a poente, eram a tal Lagoa as duas Lagoas que se fundiram numa só e que deram origem ao nome do topónimo. E tal como haviam dito, e muito bem, a natureza e a ação humana do tal homo sapiens, era uma prática corrente na Idade Média dos assoreamentos e que foram arroteando os terrenos para a agricultura e para ali se instalarem. Portanto, não queria que levassem a mal aquilo que iria dizer, mas esperava que não viessem também a acusar de crime ambiental os homo sapiens, lagoenses, os milhares de homens e mulheres que os antecederam e que fazem parte da história e que fizeram de Lagoa aquilo que é hoje, que foram arroteando e foram secando as Lagoas. Para terminar, considerou muito redutor dizer que aquela poça que tem três meses de água por ano, e não era só ele a dizer isso, o senhor Juiz do Supremo Tribunal Administrativo e Fiscal do Sul, disse isso mesmo, não deu importância ao estudo e, portanto, é o único que existe que, de facto, valoriza as Alagoas e depois, quando houver outros, ali estarão para os avaliar. De facto, não lhe parecia fazer sentido dar esse valor e considerar que é a última Lagoa, um pequeno espaço destes 2.2 km quadrados de Lagoa, que tinham no território. Para terminar e porque, de facto, era preciso que estivessem todos conscientes e, obviamente, que todos os estudos são importantes, mas tinham que olhar para aquilo que dizem as entidades com competência nas



matérias e fez a leitura de um excerto do relatório do ICNF «Tendo em consideração os efetivos presentes, o estado de secura da generalidade da área, a pouca água disponível e a pouca proteção das espécies a predadores, a mesma não tem importância enquanto área de nidificação para as espécies presentes, em contexto nacional e mesmo regional. Face ao exposto, com base nos fundamentos acima expressos, o ICNF considera que a área não apresenta valores que justifiquem a sua classificação. também mais. Assim, tendo em conta a localização, a dimensão, a sazonalidade da presença da água e a ocorrência ocasional da esmagadora maioria das espécies, a área não apresenta valores que justifiquem considerá-la como tendo importância para a avifauna mesmo que, regionalmente, e mesmo ainda para a sua classificação». Aquele era um documento oficial, de um organismo oficial e, portanto, ele próprio enquanto responsável de um organismo oficial é por esses que tem que se reger, assim como a sua equipa. Terminou dizendo que apenas quando forem apresentados outros argumentos, só quando houver uma decisão judicial será o primeiro a tomar isso em consideração e agir em conformidade conforme tiver que agir.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e apelou ao seu espírito de síntese em futuras intervenções, pois ainda que compreendendo ser necessário clarificar, julgava que já estavam claras as posições das partes.-----

## **II – Período de Antes da Ordem do Dia:-----**

- Leitura do expediente-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou ter dado entrada na Assembleia Municipal, no período compreendido entre a Sessão Ordinária de 14 de dezembro e o presente dia, 15 de fevereiro, tendo o expediente sido remetido naquele mesmo dia, ao final da manhã, para os senhores Deputados Municipais via e-mail, pelo que se presumiu que prescindiriam da sua leitura, como habitualmente tem acontecido nas anteriores sessões. Não se tendo observado qualquer oposição, considerou-se aprovada a proposta da Mesa. Seguiu-se a informação relativa ao pedido de suspensão do mandato para os serviços da Assembleia Municipal da senhora Deputada Municipal Rute Alexandra Barroso Sobreira, representante do Movimento Lagoa Primeiro, pelo período de 3 meses, com início no dia 14 de fevereiro de 2023 e término no dia 15 de maio de 2003, sendo nesse período substituída pelo senhor Deputado Municipal João Pedro da Silva Nunes Oliveira. Lembrou-se que a senhora Deputada já havia pedido um pedido de suspensão que terminou a 1 de janeiro, sendo agora renovado por 3 meses, ao passo que o anterior foi de seis meses.-----

- Substituição de Deputados e Vereadores Municipais-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou terem dado entrada na Mesa da Assembleia Municipal os seguintes pedidos de substituição: a senhora Deputada Municipal e Secretária da Mesa, Maria de Fátima Lopes Valdir





Handwritten initials and a signature in blue ink.

Lopes, que foi substituída pela senhora Deputada Municipal Sónia Cristina Afonso Silva, do senhor Deputado Municipal Tiago Manuel Valdir Lopes, que foi substituído nesta sessão pelo senhor Deputado Municipal António José Cabrita Neves Nobre, do senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita, que foi substituído pelo senhor Deputado João Patrício Amaro Rocha, que também pediu substituição, sendo substituído nesta sessão pela senhora Deputada Municipal Tânia Isabel Ramos Limão, o senhor Vereador Francisco José Malveiro Martins, que foi substituído pelo Vereador substituto Nuno Dinis da Encarnação Amorim que, por sua vez apresentou pedido de substituição, sendo substituído nesta sessão pela senhora Vereadora substituta Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho.-----

- Aprovação de Atas de Sessões anteriores-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou ter sido distribuído e publicado na área reservada do site da Assembleia Municipal, no novo portal do município de Lagoa, as atas n.ºs 9 e 10 de 2022, sendo a ata n.º 9/2022 da Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2022. Não se tendo registado qualquer reparo a fazer à ata, procedeu-se à votação, lembrando-se que apenas podiam participar na votação os senhores Deputados Municipais que estiveram presentes na sessão a que a ata se refere. Assim, a ata n.º 9/2022 foi aprovada por unanimidade. Prosseguiu-se com a ata n.º 10/2022, da Sessão Ordinária de 26 de outubro 2022 e na ausência de reparos, a mesma foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.-----

- Renovação do mandato da representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa (CPCJ-Lagoa), Teresa Maria Ferreira Rodrigues-
- Designação de um representante da Assembleia Municipal para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa (CPCJ – Lagoa);-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, comunicou que houve renovação do mandato da representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, Teresa Maria Ferreira Rodrigues, que foi indicada a renovação do mandato pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. Aproveitou também para saudar os representantes da CPCJ de Lagoa, a Doutora Patrícia Jacinto, e a Doutora Elsa Assunção, a quem agradeceu também disponibilidade para estarem na sessão e fazerem a apresentação do relatório da CPCJ de Lagoa. Também foi designada a Doutora Ana Rita Boto, como representante da Assembleia Municipal para a Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, em substituição do João Patrício Amaro Rocha, que renunciou mandato, como era já do conhecimento das Senhoras e Senhores Deputados Municipais, indicado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.-----

- Intervenções dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações bem como a apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou terem dado entrada nos serviços da Assembleia Municipal, dentro do prazo



regimental, duas Moções, uma apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda intitulada “Promover a escola pública: o respeito pelo direito dos professores” e outra apresentada pelo Grupo Municipal do Chega intitulada “Pelo combate à iliteracia: criação de bibliotecas móveis”, ambas admitidas pela Mesa à discussão e votação nos termos do disposto no Artigo 37.º n.º 2 alínea d) do Regimento. Também deram entrada nos serviços da Assembleia Municipal dois votos de pesar, ambos apresentados pelo Grupo Municipal do Chega, o primeiro intitulado “Ao povo turco e sírio vítima do sismo do dia 6 de fevereiro de 2023” e o segundo “Voto de pesar pela morte de sua Santidade Papa Bento XVI”, que foram admitidos pela Mesa, ao abrigo do disposto no Artigo 37.º n.º 2 alínea c) do Regimento. Para a apresentação da Moção “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores”, concedeu a palavra ao representante do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, o senhor Deputado Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** cumprimentou os presentes e apresentou a Moção “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores”: «Considerando que a escola é um dos pilares da democracia, que os profissionais de educação têm vindo a sentir uma grande degradação das suas condições de trabalho. Os sinais dessa degradação são conhecidos, desde alunos sem professores pelo menos a uma disciplina, a desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças, têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência. Ao longo dos anos, o Governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação do novo regime de recrutamento e mobilidade. As respostas dos docentes têm sido fortes, como todos nós sabemos, em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da escola pública. O reforço da escola pública exige a defesa da gestão democrática das escolas, o combate à precariedade e à valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de apresentação de resposta às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente. Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a escola pública, é fortalecer a democracia. Portanto, é este o objetivo, a Assembleia Municipal deliberar nesta reunião recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no estatuto da carreira docente; recomendar ao Governo a eliminação das quotas no acesso ao quinto e sétimo escalões da carreira docente; recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo decreto-lei 132/2012, de 17 de junho; recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes, de forma a garantir o término da atividade num tempo justo e assegurar o rejuvenescimento do corpo docente. Portanto, caso esta Moção seja aprovada que seja enviada à Presidência da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos



*Handwritten marks in blue ink, including a large flourish and a signature-like mark.*

Parlamentares da Assembleia da República, ao senhor Primeiro-Ministro e ao senhor Ministro da Educação.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e abriu o período de inscrições para discussão, tendo concedido a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro, que começou por cumprimentar todos os presentes e declarou que o Grupo Municipal do PS, depois de ler atentamente a Moção, que seria uma moção de âmbito nacional, que ali chegou à Assembleia Municipal, manifesta uma preocupação com aquela matéria e que era muito importante na sociedade atual. Têm visto todos os dias as manifestações que ocorrem nas ruas pelos docentes e não docentes, pelos assistentes operacionais e pelos assistentes técnicos e aquela Moção começa logo no seu início, no seu título, com a preocupação pelos direitos dos professores, sendo que a escola pública é composta por todos aqueles profissionais que referiu. Preocupam-se com eles todos e, por isso mesmo, é que o Governo do Partido Socialista tem tratado aquele assunto com delicadeza e dentro do contexto nacional da realidade de todos os funcionários da Administração Pública. Não obstante, não podem deixar de estar atentos ao quarto e quinto parágrafo apresentados na Moção, que não deixam de serem inverdades, pois não têm conhecimento de que os professores tenham passado para a alçada dos municípios, nem muito menos estarem sob o efeito da regionalização. Seria sempre importante também retirar e rebater essas inverdades que tentam passar pela Comunicação Social que, na realidade, são ficções que têm sido criadas por alguns partidos, para tentar alimentar a opinião pública e desvirtualizando todo o debate que tem sido feito em torno dos direitos dos profissionais que trabalham para a escola pública. Ainda quanto à Moção e o recomendar o Governo para e mediante negociação sindical, o que sabiam é que, atualmente e até na Comunicação Social, foi dado a conhecer que a Procuradoria Geral da República até veio dizer que a forma como está a ser feita a greve tem contornos ilegais. O Governo ainda não fechou negociações, pelo que não podem estar a alimentar um debate que ainda está em período de escrutínio por parte do Governo junto dos seus parceiros sociais e não fechou qualquer tipo de negociação. Como tal, esse ponto 3 de recomendação e ponto 4 não fazem sentido aparecer naquele tipo de Moção. Assim, o Grupo Municipal do PS, embora até pudesse acompanhar algumas das preocupações que ali estão na Moção, porque estão todos preocupados com os filhos e com as crianças de todo o Portugal, porque ficaram três semanas sem aulas e todos pensar ser importante que a educação fosse bem tratada e, para tal, têm de tratar bem toda a comunidade académica e tratar bem toda a comunidade académica nas escolas, é tratar os assistentes operacionais, os assistentes técnicos, os professores e, acima de tudo, aqueles que a comunidade serve, os estudantes e os filhos. Assim, o Grupo Municipal do PS estará e continuará a par das negociações que o Governo está a fazer com os parceiros sociais e não poderia acompanhar aquele tipo de Moção porque, na realidade, está fundamentada e alicerçada em inverdades e recomenda exatamente o Governo a fazer o que, atualmente, está a fazer. Como tal, o Grupo Municipal do PS votaria contra a Moção.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----



-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho cumprimentou os presentes e declarou não o surpreender a posição do Partido Socialista, assim como nunca o surpreendeu as posições do PSD quando estava no poder, quando apresentava moções quase do mesmo teor a criticar os Governos. Era normal que isso aconteça, pois geralmente os grupos parlamentares são a caixa de ressonância das próprias forças partidárias que estão no poder. Isso era normal, infelizmente era assim que se tratam as coisas e portanto, não acompanhava os argumentos que ali foram levados pelo Grupo Parlamentar do PS, assim como não sustenta a argumentação que ali está e que o Bloco de Esquerda apresentou na sua moção. Era evidente, que tem aqui um conjunto de situações que não retratam toda a realidade, mas isso era supérfluo, para si, pois o que interessava era o conteúdo final das propostas que ali eram levadas na moção. Efetivamente, tinham que admitir e aceitar que a escola pública portuguesa está numa acentuada degradação e não é de agora, mas dos vários Governos que passaram por lá, começando na Maria de Lurdes Rodrigues, aquela que iniciou o desmantelamento da escola pública, o Governo seguinte foi o do Nuno Crato que deu a machadada a seguir na escola pública, sendo um processo de degradação acentuado e só não vê isso e não aceita as repercussões que está a atravessar a escola pública, quem não quiser ver. De facto, os problemas são sérios nas escolas, são de uma classe social, ou profissional que são os professores que perderam o seu estatuto social, perderam o seu estatuto profissional, atualmente, são meros funcionários administrativos e burocráticos e não há qualquer respeito por uma classe que tinha um estatuto na sociedade fundamental e, portanto, o que se está a atravessar no país era degradante, do ponto de vista social. O Bloco de Esquerda que apresenta aquela moção deveria ter começado porque sustentou um Governo durante anos, deixou cair as principais reivindicações que agora apresentava e deixou-se cativar ao ficar prisioneiro de uma argumentação de um Governo e de uma chantagem de um Primeiro-Ministro com a demissão e, no fundo, guardou na gaveta as reivindicações que agora li leva. O Bloco de Esquerda tem responsabilidades acrescidas no avolumar das consequências que se passam na escola pública e das consequências na vida dos professores. Isso o Bloco de Esquerda não fazia, mas devia fazê-lo, devia fazê-lo por uma questão de coerência e de respeito. Por outro lado, a moção aborda o problema da municipalização, mas num contexto completamente diferente daquela que o Partido Socialista falou. Toda a gente sabe que o problema da municipalização está fora da agenda mas, efetivamente, aquilo que o Bloco de Esquerda propõe, que é central na escola a resposta democrática das escolas, também cria as diferenças, as assimetrias que ele próprio está preocupado e, portanto, o problema das escolas, o problema de resolução deste problema dos professores e da escola pública é muito mais vasto e muito mais complexo e, atualmente, há experiências mundiais completamente diversificadas. Assim, o que se estava a fazer e o que se devia levar a debate era o problema dos professores, esse sim um problema sério. E, efetivamente, a continuar a luta e a continuar aquele impasse, as repercussões na sociedade são devastadoras e era por isso mesmo que acompanha a moção, mesmo não estando integralmente de acordo com ela, mesmo não subscrevendo, inclusivamente, um conjunto de afirmações que ali são produzidas. As propostas, efetivamente, são propostas aceitáveis e razoáveis para os problemas da sociedade.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----





*Handwritten signature and mark in blue ink.*

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** dizendo que o PSD iria votar a favor da moção, mas salvaguardando haver determinadas afirmações que são feitas no seio da moção que, efetivamente, pecam por melhor trabalhadas para ir mais ao encontro da verdade, mas como era um discurso da fundamentação para aquilo que propõe, são dois aspetos, o seu Grupo Municipal, apesar disso, iria votar a favor.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** pediu desculpa por interromper outra vez, mas quis dar alguma resposta sobre o que disse o senhor Deputado Luís Ribeiro, pois a justificação dele e da bancada do PS era, realmente, deitar areia para os olhos das pessoas, porque caso se tratasse de um Governo PSD já não teriam aquela postura, mas como era um Governo PS, têm. Sobre a intervenção do senhor Deputado Diamantino Ruivinho, disse que o Bloco de Esquerda não esteve no Governo, apoiou o Governo na Assembleia da República. Como se sabe, houve negociações, tanto da parte do Bloco como da parte da CDU, para chegarem a consensos e houve reivindicações, apesar de darem apoio, houve reivindicações, se calhar podiam até ser mais fortes, mas não foi, foi numa altura em que o candidato do PSD Passos Coelho ganhou as eleições e o António Costa perdeu as eleições, e para o PS fazer o Governo teve que ter essas duas bengalas e depois com certeza por causa de ter essas duas bengalas, nas eleições seguintes apanharam por tabela.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e, não havendo mais inscrições, procedeu-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda “Promover a escola pública, os partidos, professores”, que foi reprovada com dezasseis (16) votos contra do PS, três (3) abstenções, duas do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro e uma (1) do Grupo Municipal do Chega, e seis (6) votos a favor, um (1) do Bloco de Esquerda, um (1) da CDU, três (3) do PSD e um (1) do Movimento Lagoa Primeiro. Em seguida, deu a palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão para apresentação da Moção “Pelo combate à iliteracia, a criação de bibliotecas móveis”.-----

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** cumprimentando os presentes e explicando que a moção de iliteracia tinha a ver, basicamente, com a criação de bibliotecas itinerantes. Sabia que existe uma Biblioteca Municipal de Lagoa que funciona perfeitamente, de forma distinta e não tinha nada a apontar, mas havia pessoas sem possibilidade de se deslocarem até à biblioteca e de requisitarem livros. Também sabia haver crianças que não conseguem fazer nas suas bibliotecas escolares, porque por vezes elas também não funcionam muito linearmente e aquela seria uma forma de facilitar a leitura tanto a vários grupos etários, o que faria com que talvez muitos dos jovens não se manifestassem com tanto apego aos bens de suporte digital, muitas vezes aos telemóveis, e tudo isso porque tinha crianças na sua sala que lhe dizem que maioritariamente passam o tempo nos telemóveis a jogar um jogo, mas que lhe dizem que se houvesse mais livros para ler, também liam. A biblioteca facilitaria aquele tipo de atividade em muitas faixas etárias. Não se iria alongar muito mais, pois o documento estava bem presente.-----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a apresentação sintética da Moção e declarou abertas as inscrições para uso da palavra, concedendo, em seguida, a palavra à senhora Deputada Municipal Maria Licínia Mendes Lourenço.-----

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria Licínia Mendes Lourenço** referindo que, tal como afirmava o Partido Chega, naquela moção, a leitura é um claro benefício para todos já que é através dela que se desenvolve o pensamento crítico, aumenta-se o vocabulário, melhora-se a criatividade, a argumentação e a escrita, e ainda beneficia a saúde mental. Também é verdade que pode resultar em melhorias cognitivas verbais e não verbais e que é de importância vital ao longo da vida, promovendo o combate ao envelhecimento do cérebro, ou seja, através da leitura torna-se mais lenta a perda das capacidades cognitivas associadas ao envelhecimento natural como, por exemplo, a Memória. Mas também é verdade que a Biblioteca Municipal de Lagoa presta um serviço de qualidade aos munícipes, quer através do acervo de livros, quer através dos eventos que promove. É verdade que, dada a dimensão geográfica do concelho, a Biblioteca Municipal é de fácil acesso a todos os lagoenses. Por outro lado, a revolução tecnológica veio trazer outros meios que também permitem o desenvolvimento das capacidades cognitivas e competências linguísticas e literárias. Por outro lado, também é verdade que todos os alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho têm ou biblioteca escolar ou espaços de leitura adequados à dimensão dos estabelecimentos estando, inclusivamente, a ser desenvolvidos projetos de leitura com os alunos em articulação com os pais. O concelho de Lagoa possui núcleos dirigidos à população sénior como são os Centros Seniores e a Academia Cultural Sénior onde são desenvolvidas atividades de promoção cultural e recreativa e onde existem pequenos núcleos bibliográficos, havendo também associações no concelho que têm pequenas bibliotecas para uso da população. Dado aquele entendimento, o Grupo Municipal do Partido Socialista não via quaisquer vantagens na criação de uma biblioteca móvel para o concelho de Lagoa, pelo que iria votar contra a moção apresentada.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, seguidamente, passou a palavra ao senhor Deputado José Inácio Marques Eduardo.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** declarou estar-se, atualmente, num mundo dominado e quando se escreve, pelas tecnologias, que são muito úteis, mas que têm um handicap muito grande. Normalmente, todos já o fizeram, escrevendo de uma forma demasiado telegráfica, sem pontuações, sem acentuações e não iria fazer mais comentários, porque todos sabiam. Ele próprio já escreveu um pouco melhor, pois com a escrita nos telemóveis faz muito mais erros, já para não falar nos jovens. Não tinha a mínima dúvida de que os serviços públicos de leitura pública prestados pela Biblioteca Municipal de Lagoa é de enorme qualidade, tal como não tinha dúvidas de que outros projetos junto das escolas também o serão. Sabia que a Biblioteca de Lagoa tem procurado até criar núcleos e já era assim há umas décadas, mas também era certo que um instrumento itinerante de facultação de livros poderá, e acreditava que o fizesse, não tendo a disponibilidade que os antepassados tinham, têm mais disponibilidades de acesso, mas a questão era lidar com o livro e com a escrita, pois não era o audiovisual que resolvia esse problema. Daí reconhecerem algum mérito na



*F*  
*[Handwritten signature]*

proposta e na sugestão que poderia ser útil para desenvolver a leitura pública, pelo que iriam votar a favor.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** fazendo suas palavras aquelas últimas ali apresentadas pelo Deputado que falou por último. E disse que não podiam pensar apenas nos jovens, pois também existem menos jovens, e não se podia pensar que o concelho de Lagoa era apenas Lagoa. É um concelho pequeno mas, por outro lado, também é grande portanto, bem que poderia haver uma biblioteca daquele estilo e que estivesse mais próximo da população, sendo outro serviço de proximidade que a Câmara de Lagoa podia postar. Assim, o Bloco de Esquerda concordava com a moção e iria votar a favor.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, após agradecer a intervenção deu a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** cumprimentando os presentes e declarou considerar a Biblioteca Municipal um ponto chave na cidade, dentro do concelho, não só no seu contexto de acesso à informação, mas também na própria reunião de pessoas, de todas as faixas etárias, seja estas por motivos de estudo, lazer, etc., dentro da biblioteca. Contudo, era um facto que se encontra num local fixo e, mesmo que de forma centralizada, às vezes isso pode realmente promover um limitar de acesso ao mesmo. A liberdade de acesso à informação e cultura por parte da população sempre foi um ponto a favor que defendem, sendo que essa forma de chegar à população pode ser construída de inúmeras formas e feitos, seja na criação de polos bibliotecários, seja através da criação de postos fixos nas diversas freguesias, bibliotecas itinerantes ou bibliotecas até mesmo sazonais como, por exemplo, bibliotecas de praia. Assim, julgava fazer todo o sentido promover aquele tipo de atividade e de iniciativa, tal como os Deputados que antecederam a sua intervenção já o descreveram. Não era só ao povo do município, mas até mesmo para o povo se encontra lá temporariamente, de forma sazonal, entre outros, existir aquele tipo de ações que permita terem acesso com mais facilidade, sem que tenham que se deslocar diretamente a uma biblioteca para ter acesso à informação de livros, etc. e, por esse motivo, iriam votar igualmente a favor.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e, não se tendo observado mais inscrições, avançou para a votação da Moção “Pelo combate à iliteracia, criação de bibliotecas móveis”, que foi reprovada com dezasseis (16) votos contra do PS, uma (1) abstenção de um membro do Movimento Lagoa Primeiro e oito (8) votos a favor, três (3) do PSD, dois (2) do Movimento Lagoa Primeiro, um (1) do Chega, um (1) da CDU e um (1) do Bloco de Esquerda. Prosseguiu-se com a apresentação dos votos de pesar ao povo turco e sírio vítimas do sismo do dia 6 de fevereiro de 2003 e pela morte de Sua santidade o Papa Bento XVI, concedendo para o efeito a palavra à senhora Deputada



Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão para apresentação dos dois votos de pesar em simultâneo.-----

-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** declarou que não se iria alongar muito uma vez que os votos de pesar se encontravam, sucintamente, explícitos nos documentos.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interrompeu chamando a particular atenção para o facto de que, tal como o voto de pesar estava formulado, expressando apenas o pesar do Grupo Municipal do Chega e não uma deliberação da Assembleia Municipal, ele não iria ser posto à discussão e votação, pelo que, talvez fosse preferível lê-lo ou sintetizá-lo.-----

-----Retomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** lendo: «Voto de pesar pela morte de Sua Santidade, Papa Bento XVI, nascido a 16/04/1927, em Marktl Alemanha, Joseph Ratzinger, filho de um polícia e de uma cozinheira foi ordenado sacerdote juntamente com seu irmão York a 29/06/1951, em Munique. Entre 1962 e 1975, participou no Concílio do Vaticano II como perito. A 25/03/1977 foi nomeado Arcebispo de Munique e Friedrich por sua Santidade Paulo VI, Arcebispo de Munique e no consistório de 27 de junho desse mesmo ano, é promovido à dignidade cardinalícia. Reconhecido como um dos melhores teólogos de sempre e já apontado como futuro doutor da igreja, o então Cardeal Ratzinger foi nomeado como prefeito da congregação para a doutrina da fé, por sua Santidade Papa João Paulo II, no ano de 1981, exercendo com zelo e espírito de serviço este cargo durante 23 anos. Pelo merecido reconhecimento que sempre teve enquanto teólogo, foi por 10 vezes doutor honoris causa entre os anos de 1984 e 2015. Eleito Papa pelo Conclave a 19/04/2005 tomou posse no dia 24 e sucedeu a São João Paulo II, na cadeira de São Pedro, tornando-se no 265 papa católico. Após a sua eleição apresenta-se na Praça São Pedro como simples e humilde trabalhador na vinha do Senhor e escolhe como nome do seu Papado um significativo cooperadores veritatis, cooperadores da verdade. Em 2010, o Santo Padre visitou Portugal num convite conjunto do Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, do Bispo de Leiria Fátima, D. António Marto e da Conferência Episcopal Portuguesa, chegando a Lisboa a 11 de maio, onde celebrou missa no Terreiro do Paço. No dia seguinte, rumou ao Santuário de Fátima, onde presidiu às celebrações comemorativas das Aparições de Nossa Senhora de Fátima aos três pastorinhos. No dia 11 fevereiro de 2013 durante o consistório convocado para realização de três canonizações, afirma-se sem forças para continuar a exercer adequadamente o Ministério que em muito se deve a questões que pairavam sobre igreja, anunciou a sua renúncia com efeitos a partir das 20:00 do dia 28 seguinte, permanecendo a condição de emérito até à sua morte no passado dia 31/12/2022, aos 95 anos de idade. Durante o seu pontificado assinou três encíclicas da mais elevada importância: Deus Caritas Est, Spe Salvi e Caritas in Veritate e presidiu a três Jornadas Mundiais da Juventude. O seu pontificado fica marcado pelo combate ao relativismo e ao secularismo do mundo ocidental e pela defesa das questões bioéticas. Combateu o aborto, a eutanásia e a cultura do descarte da família, não se cansando de alertar para as questões ecológicas e crises financeiras mundiais. Foi uma personagem de extraordinária grandeza espiritual e capacidade de amor ao próximo, que resultou num indiscutível contributo para todo o ser humano. Pelo exposto, o Partido Chega manifesta o seu pesar pelo falecimento de sua Santidade Papa Bento XVI e transmite as mais profundas





condolências aos seus familiares e amigos e a todos os católicos. Quanto ao voto de pesar ao povo turco e sírio vítimas do sismo de 6 de fevereiro, pensava estar perfeitamente explicitamente e não se iria alongar.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou se se passaria à segunda parte de discussão de assuntos gerais de interesse para o município, declarando abertas as inscrições para os senhores Deputados Municipais que desejassem usar da palavra. Explicou ainda que os votos de pesar, em regra são votados, desde que na sua redação se contemple uma proposta de deliberação da Assembleia. Naquele caso, atenta a sua redação, o voto pesar era exclusivamente do Chega, pelo que a Mesa não submeteria à votação, uma vez que não contemplava uma proposta de deliberação da Assembleia, vinculando apenas o Grupo Municipal do Chega. Era aquela a razão pela qual não foi posto à discussão e votação. Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** disse ter uma dúvida relativa e assumiu ser de todos sobejamente conhecido o problema das urgências hospitalares. Era evidente que não iriam resolver ali nada, mas tinha uma sugestão/recomendação, sendo que o senhor Presidente não estava mas depois, certamente, a senhora Vice-Presidente tomaria nota, porque deverão ter uma grande preocupação relativamente àquela matéria dado que são servidos pelo Hospital do Barlavento, e o que é certo é que, tal como outros hospitais, aquele serve-os e tem tido uma semana dramática e não se vislumbra, por aquilo que conhece, mas gostaria de ter mais informação, não se vislumbra que melhora. Gostaria muito que melhorasse e daí recomendar ou sugerir ao senhor Presidente da Câmara, que diligenciasse junto dos órgãos de gestão do Hospital e também da ARS, embora ali haja competências diferenciadas e até a nível superior, recolhesse informação sobre os problemas que incidem sobre aquela unidade, no capítulo das urgências e pudesse depois, de alguma forma, remeter a informação fidedigna desses órgãos, que os pudesse auxiliar na compreensão do problema, dado que aquilo que se passa é dramático. Tratava-se de um apelo, para que o Presidente fizesse então essa diligência junto destes organismos e depois arranjasse a melhor forma de lhes facultar essa informação, numa posterior Assembleia ou mandando os serviços fazer uma informação com aquilo que se conhece, pois era deveras preocupante.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra à senhora Deputada Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----No uso da palavra, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** declarou querer colocar ao senhor Presidente para depois ouvir uma explicação, sendo a primeira delas com a taxa que é aplicada no pagamento das faturas. De algum modo, sucedeu-lhe a ela, e certamente a muitos lagoenses, esqueceu-se da fatura de dezembro, foi depois pagá-la já com o dobro, mas como sabia que era 9€ e qualquer coisa, chegou à tesouraria e a senhora disse 21€ e olhou assim e disse “Olhe, a minha tabuada diz-me que 2 vezes 9 são 18 e qualquer coisa. – Ah, mas tem mais uma taxa de justiça.» E eu «Ah, porquê? – Olhe, isso vai ter que perguntar a quem emite o recibo». E era um esclarecimento que pretendia obter sobre aquele assunto. Outra questão referia-se a também com uma casa que existe no Largo Alves Roçadas, uma casa muito antiga e presumiu, sem certeza, que foi comprada pela autarquia, sendo uma



que tem a fachada muito bonita, muito bem pintada, sim senhor, mas com os telhados em completa degradação, imaginando que lá por dentro a coisa não estivesse muito melhor do que aquilo que se vê por fora. Quis, assim, saber qual seria o objetivo daquela casa, se tem algo previsto para aquele edifício. Naquele dia, por acaso, passou na estrada que liga o Canil Municipal até ao supermercado Apolónia e reparou porque o carro salta imenso, que aquele troço está um bocadinho em mau estado, julgava ter sido motivo de intervenção há muito tempo, não se recordava exatamente sobre o quê, mas o piso está irregular de uma forma que é assim um bocadinho incomodativa, não só para as pessoas, mas para os carros também, que a seguir vão para o mecânico. Depois, a última questão prendeu-se com as refeições escolares nos refeitórios. Sabia que as crianças não gostam muito de peixe, pois ouvia isso todos os dias quando há refeição de peixe, mas também sabe que se o peixe for de outro tipo, se for fresco e não congelado, talvez seja mais fácil de as crianças o digerir, alimentarem porque eles olham para o prato e nada. Entretanto, falou com alguém de um dos refeitórios e disseram-lhe que a nutricionista da autarquia recomendou que fosse utilizado peixe fresco e também produtos locais. No refeitório onde almoça não vê peixe fresco quase nenhum, mas era claro que seria muito mais agradável e, certamente concordariam, que é diferente do peixe congelado. E depois priorizar também o comércio local e tudo que é produtos locais, porque muitos dos produtos que aparecem são *made in* qualquer coisa, fora do país, não iria dizer os países porque não valia a pena, mas o que é certo é que eles aparecem e não são locais nem nacionais.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo que não pretendia fazer nenhuma observação para além daquilo que o Presidente já disse. No entanto, pensava que aquilo que foi levantado no Período dos Cidadãos pelo cidadão Bruno Silva requeria da parte do senhor Presidente uma verificação dos factos, pelo menos naquilo que diz respeito à delegação de competências que o município, no fundo, estabelece com a Junta de Freguesia. A ser verdade aquilo que foi relatado não lhe parecia nada normal e impunha-se o apuramento de factos por parte da Câmara Municipal. A segunda questão que referenciou foi a de agradecer e não importava se concordavam ou não, mas importava agradecer aos cidadãos que ali se deslocam e que, no seu entender, estão na defesa do património dos valores ecológicos do município, do meio ambiente, que ali se disponibilizam, que são cidadãos ativos e julgava que isso era de louvar, ter os cidadãos que se preocupam com aquelas questões. O apuramento ou não das verdades ou dos resultados não o iria fazer por estar a decorrer, mas dava valor e, no fundo, ficava satisfeito e honrado de ver cidadãos no seu concelho que se preocupam com aquele tipo de matérias e de assuntos. Portanto, louva a participação desses cidadãos na Assembleia Municipal e esperava bem que, se porventura existir uma decisão judicial que defenda a posição que os cidadãos retratam, que tenham em atenção essa decisão e saibam honrar esses compromissos. O segundo assunto que abordou e ainda no seguimento quase da moção que ali foi levada. A justa luta dos docentes e não docentes que tem provocado, desde janeiro, assinaláveis perturbações nos estabelecimentos de ensino no concelho, com escolas fechadas ou a funcionar de forma anormal, famílias com problemas



*Handwritten initials and a signature in blue ink.*

onde e como colocar os seus filhos para garantirem o seu ganha pão, crianças e jovens com aprendizagens suspensas, estando criada uma imagem nada adequada de como se cuida e trata da formação, da educação e das aprendizagens das gerações futuras daquele país. Assiste-se, no mínimo, a um tratamento inadequado como são respeitados e tratados socialmente a classe profissional dos professores, pilares insubstituíveis na educação e formação das crianças e jovens. Acontece que, no concelho de Lagoa, à semelhança de outros momentos, existem estruturas locais capazes de acolher, tratar, ajudar, criar respostas para as crianças e suas famílias naqueles períodos pouco simpáticos na vida coletiva. Todos aqueles que escolheram frequência nos ATLS nas IPSSs do concelho, as famílias encontraram nesse período respostas para os seus problemas, assim como todos aqueles que frequentam o prolongamento do pré-escolar nessas estruturas sociais, as IPSS disseram presente, cumpriram com o seu compromisso social e a sua missão de apoio à cidadania. As famílias encontraram nessas estruturas sociais a tranquilidade necessária para prosseguir com a sua vida, trabalhando em sossego. As crianças tiveram o conforto de quem com elas se preocupa, as acolhe e trata em segurança e com projetos de qualidade. Enquanto as IPSSs estiveram presentes e responderam às famílias, questionou o que foi feito nesse projeto das AECs, também de apoio as famílias. As IPSS, naquele período, têm estado sozinhas, têm suportado o seu sacrifício, o acréscimo de custos com aumento do período de funcionamento dos ATLS e do prolongamento do pré-escolar público para o dia inteiro, serviços de alimentação e almoço em grande escala, serviço que não é prestado em período de normalidade, só numa das instituições foram prestados 2 297 almoços. Aumento do período de funcionamento, tanto dos ATLS como do prolongamento do pré-escolar, não significou qualquer suplemento nas mensalidades das famílias. Perante esse cenário, como têm vivido, impunha-se que o município tivesse tomado a iniciativa de sentar à mesa os seus parceiros, promovesse o diálogo para encontrar respostas, estudar o acréscimo de custos e como suportá-los. Em situações inesperadas e anormais não se pode manter tudo como se estivessem em normalidade. Seria necessário que o poder político fosse capaz disso e soubesse gerar um espírito de motivação a quem está no terreno e disse conhecer profundamente a quem doem os problemas da sociedade e das pessoas. Não foi esse o trabalho feito anteriormente, mas estava na hora de o município ainda recuperar o seu espírito de parceria e a sua função de apoiar, efetivamente, e prestar um trabalho social de apoio às famílias. Deve o município convocar imediatamente as IPSS para analisar a situação criada, as suas repercussões, custos e o esforço feito. Por último, perguntou se em todo aquele período de inatividade das AECs foi feito o apuramento de contas e descontado os valores que estiveram contratualizados para período de tempo e funções que não foram realizados.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** declarou querer perguntar ao senhor Presidente Luís Encarnação sobre um troço de estrada que existe entre a rotunda do Calvário em direção à 125 que está em mau estado e, pensando estar sob a jurisdição das Infraestruturas de Portugal, quis saber se já tomou alguma diligência para tentar melhorar aquele troço. Outro também era a Rua Infante Sagres, portanto no interior do Parchal, que também se encontra em mau estado. E, por último, quis saber se o



senhor Presidente tem conhecimento de sondagens que andam a fazer num terreno junto à rotunda da Doca Pesca onde antigamente tinha um edifício abandonado e se a aquisição do Pavilhão dos Congressos já foi concretizada.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou, em seguida, a palavra à senhora Deputada Municipal Telma Isabel Alberto Viana.-----

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Telma Isabel Alberto Viana** cumprimentando os presentes e questionando o senhor Presidente quanto ao estado do processo da construção do Centro Escolar da Mexilhoeira da Carregação e saber se seria possível que fizessem chegar à sua bancada e às outras também, se assim o entenderem, a informação técnica e a restante documentação acerca do processo.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para resposta às questões colocadas.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** começou pela questão que foi colocada pelo senhor Deputado José Inácio relativa ao funcionamento do serviço de urgências do CHUA e informou que aquele assunto já foi debatido pelo menos por duas vezes na AMAL, com a apresentação da administração do CHUA que vale o que vale. Tem a sua própria opinião, até por ter uma profissional de saúde na família, pelo que conhece a realidade como lhe é transmitida, mas para aquilo que tem que transmitir e que vai chegando de forma oficial como era óbvio. Disse ainda que no princípio do mês de março, irão ter uma iniciativa do Governo, Governo Mais Próximo nos dias 1, 2 e 3 de março, o município de Lagoa nas matérias que lhe foram convidados para apresentar, a questão da saúde era uma das matérias que irão apresentar, não essa matéria em concreto, porque essa tem uma dimensão à escala, pelo menos, de uma parte da região, à escala do barlavento, porque o CHUA é do barlavento. Irão centrar a intervenção nas questões concretas que, em termos de saúde, afetam o município, nomeadamente a questão da falta de médicos e outros profissionais de saúde nas extensões de saúde do Parchal e Ferragudo mas, obviamente, a questão do funcionamento do CHUA que, ainda que esteja em Portimão fisicamente, também afeta, naturalmente, os cuidados de saúde que são prestados em urgência aos cidadãos de Lagoa. E, portanto, ainda que não tivessem essa questão em concreto mencionada no caderno de encargos, irão tomar em consideração a proposta do senhor Deputado Municipal e irão também debater essa questão com o senhor Ministro da Saúde, que estará na iniciativa do Governo Mais Próximo, uma iniciativa do Governo. Relativamente às questões colocadas pela senhora Deputada Maria de Lurdes Alemão, a taxa de justiça era algo que já estava na Câmara de Lagoa há muitos anos, decorre da lei e já foi questionado muitas vezes, quando chegaram em 2013 foi uma das perguntas que fizeram e também o fez, o porquê de terem que pagar aquela taxa. Mas decorre da lei e, portanto, lei é lei, *dura lex, sed lex* e, goste-se ou não se goste, tem que ser. Não sabia se serviria de conforto ou não, mas disse que também já pagou duas ou três vezes a taxa de justiça, em casa de ferreiro, espeto de pau. O que considerava estranho era que uma funcionária da autarquia lhe tenha dito que não sabe porque é que cobra a taxa de justiça e o que é essa taxa. Não iria perguntar ali o nome da funcionária, mas se quisesse dizer gostaria





também de saber, pois talvez precise de uma formação. Depois o imóvel no Largo Alves Roçadas era, de facto, propriedade do município, trata-se de um imóvel que irá estar no plano plurianual de investimentos para o ano 2023, a elaboração de um projeto para acolher serviços da autarquia, vai ser remodelado, requalificado para acolher serviços da autarquia. Quanto ao peixe fresco nas escolas, tinha toda razão e acabaram de confirmar que não têm, atualmente, porque são as tais teias que a lei da contratação pública tece, pois não podem fazer nenhuma aquisição, enquanto não tiverem um contrato devidamente aprovado e subscrito. E, naquele momento, porque fizeram uma tentativa e ficou deserta, ou seja, nenhuma das empresas se interessou por fornecer peixe fresco ao município para servir nas escolas, terão que voltar a lançar outro procedimento e só podem fornecer peixe fresco às crianças quando tiverem um procedimento, sendo assim que funciona a contratação pública, estão sujeitos a ela e não a podem ultrapassar e não há nenhuma razão que se possa invocar para ultrapassar a lei. Depois, a questão sobre a rua que mencionou é a Rua das Alagoas, que passa por trás da Fatacil, sendo que essa rua foi intervencionada para colocar água, algo que era uma exigência e um pedido, devidamente considerado, por parte das várias pessoas que ali viviam. Finalmente, ao fim de muitos anos, na última intervenção em que tiveram e em que aumentaram cerca de 30 km da rede de distribuição de água, foi possível colocar água nessa rua. Contudo, a empresa que executou a obra é a mesma que fez a conduta de Ferragudo e pensa que o trabalho que demonstrou fala por si e, portanto, fez uma última intervenção, tentando que fizessem a aceitação definitiva da obra e não o fizeram, porque não está em condições e terão que voltar para pôr as coisas em condições. Em relação ao senhor Deputado Diamantino Ruivinho e relativamente à questão que colocou sobre o que o município tem que fazer, já o fizeram e que foi verificar se o documento que chegou à Câmara com a aprovação da delegação de competências, se foi votado ou não. A verdade é que foi votado e desconhecia os pormenores, mas o documento que chegou à Câmara da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Estômbar e Parchal foi votado, como votaram todos também. Para si, era um documento que estava em conformidade porque foi votado, estava em ata, a ata tem que ser assinada por todos os presentes pelo que, para si, era uma questão que estava resolvida. A questão das Alagoas Brancas era uma questão que, sempre disse, que o município respeitará aquilo que for a decisão das instâncias com competência na matéria. Sobre essa matéria não restavam dúvidas nenhuma, já o tinha afirmado naquela noite e, assim, quando houver uma decisão e se porventura existir diferente daquelas que já existiram até agora, estarão lá para as cumprir, sem qualquer tipo de dúvida. E também felicitou, tendo-o feito logo no início, os cidadãos que ali levam aquelas questões, ainda que aquela seja uma matéria que ultrapassa o concelho de Lagoa, porque quando recebem as comunicações dos vários interessados na matéria, verificam, não com surpresa, que na sua esmagadora maioria não são pessoas do concelho Lagoa e isso era também um dado que tinha a partilhar com aquela Assembleia, naturalmente. Depois, relativamente à questão colocada, ficava feliz que as coisas tivessem corrido daquela maneira, era por isso que o município investia vários milhares de euros do seu orçamento no trabalho em rede e no trabalho que é feito com as IPSS, precisamente para essas questões, que são questões que surgem, a questão em concreta não estava prevista, que resulta de um momento que se vive, e que já tinha sido abordado naquela noite, sobre o qual havia também notícias na imprensa a nível nacional, estando em discussão com o Governo. Congratulou, desde logo, todas as IPSS, todas as instituições com as quais o município trabalha, pela forma como, ainda que não tivessem um acordo previsto para essa excecionalidade, que atuaram de pronto e ficava muito



feliz por isso. Informou já ter chegado à Câmara aquilo que o senhor Deputado Diamantino Ruivinho havia referido, ou seja, um pedido de uma instituição que já estava a ser apreciado pelos serviços. Iriam olhar para essa questão de uma forma holística, obviamente, e não apenas para aquele pedido e estarão sempre disponíveis para compensar todos os custos que os seus parceiros têm nesse trabalho que era importante, de cuidar das crianças e contribuir para a formação e educação das mesmas e que disso não houvesse qualquer tipo de dúvidas. Relativamente à intervenção do senhor Deputado Jorge Ramos, esclarece que a rua Infante Sagres era uma rua que precisa de uma intervenção e estava inteiramente de acordo. Conhecia muito bem, como deve calcular, aquela rua em concreto, mas não era só a nível do pavimento, que, embora remendado, ainda estava mais ou menos em condições. O grande problema são os passeios, a calçada portuguesa bastante polida e era um perigo, de facto, sobretudo porque é uma zona do concelho que é muito frequentada por pessoas com alguma dificuldade de mobilidade. Tem havido algumas quedas e que, obviamente, os preocupam. Existe uma conduta atravessar a estrada, era preciso perceber isso, e essa conduta terá que ser substituída antes de intervirem na estrada e, como também pela contratação pública não podem fazer a calçada e depois fazer a estrada, têm que fazer tudo em simultâneo, porque senão é divisão despesa. Assim, terão que fazer um projeto, aguardar que se substitua a conduta e, depois, fazerem um projeto geral para substituir e criar condições de mobilidade nos passeios, que é a parte mais preocupante, do seu ponto de vista, e também substituir o tapete. Confirmou que a estrada referida era a estrada paralela ao acesso à 125 e que era da jurisdição, como é o acesso à 125 da rotunda do Calvário para noroeste, é da jurisdição das Infraestruturas de Portugal e aquela via que está ao lado é considerada como uma via de serviço e também está na mesma jurisdição. Ainda assim, intervêm com alguma frequência quando a estrada não está em condições, sendo uma estrada em terra batida. O senhor Vereador estava a tomar nota e irão verificar, se ela não estiver em condições, farão a intervenção de motoniveladora e colocá-la transitável. A estrada pavimentada, por seu turno, é da jurisdição das Infraestruturas de Portugal, não podendo ali intervir, da rotunda para noroeste e quem lá pôs o sinal de piso em mau estado, em vez de colocar esse sinal devia proceder à pavimentação da mesma, assim é que fazia sentido. Porque foi lá colocado o sinal sem ouvirem a Câmara ou dizerem que lá iam colocar o sinal, enquanto deviam era ter feito a mesma obra que fizeram quase ao chegar à rotunda, porque era igual. Depois na rotunda, já foram capazes de fazer a obra e faziam a pavimentação da estrada toda porque era da responsabilidade das Infraestruturas. Já com as Infraestruturas de Portugal têm uma relação de constante pressão pelas razões que são conhecidas, têm uma via estruturante que atravessa o concelho em que, para se colocar uma lâmpada, têm que pedir um parecer às Infraestruturas. E também para fazer uma rotunda, por exemplo, partilhando que foi inviabilizado o pedido para ser o município a fazer uma rotunda junto ao poço, junto ao Convento do Carmo para evitar e resolver o problema das pessoas terem que ir até à rotunda da Escola Internacional e voltar para trás e a resposta é das coisas mais incríveis que já viu. A resposta era muito simples, isto é, como estão em litígio com a concessionária, o assunto está em Tribunal Arbitral, e como a concessionária teve uma proposta para fazer lá uma rotunda no mesmo sítio, não podem autorizar porque senão isso pode ser contra esta. Era uma resposta difícil de entender e de perceber, mas foi assim mesmo. Se fosse noutro local, se não houvesse proposta da concessionária, já se podia fazer, mas é ali que ela faz sentido que ela seja feita. As sondagens ou o mamarracho, o terreno do mamarracho, foi adquirido por uma empresa, sendo para lá que vai o Continente, não era para as Alagoas, esse mito foi criado e não sabia porquê,



o Continente vai para o Parchal, é um projeto aprovado, já foi aprovado em Câmara e vai para esse terreno. As sondagens que estão a ser feitas são os proprietários com toda a legitimidade, pois está no PDM e, portanto, tem toda a legitimidade para ser feito, já foi aprovado. Do outro lado não era possível fazer nada e isso deixou bem claro, tem todas as delimitações e não tem nenhum projeto na Câmara. Sobre o Pavilhão do Arade, disse que já foi adquirido pelo município e estavam a trabalhar no sentido de, estando na revisão orçamental que aprovaram na reunião Extraordinária de Câmara e que haveria de ir dali a 15 dias àquela Assembleia, dentro das obras novas que propõem, está a requalificação do Pavilhão do Arade que vai ter três fases. Na primeira, estão a trabalhar no sentido de remover todos os escombros, e eram muitos, fazer o levantamento das necessidades, elaborar o caderno de encargos e depois fazer uma contratação pública para substituir o que foi danificado e melhorar outras lacunas que o Pavilhão do Arade tinha desde a sua criação e que são conhecidas. Relativamente à questão colocada pela senhora Deputada, o concurso do Centro Escolar da Mexilhoeira da Carregação cujo procedimento ficou deserto, tal como era conhecido, estava suspenso e estavam a fazer a revisão do processo. Quando tiverem o processo da revisão do mesmo terminado e quando tomarmos uma decisão sobre essa matéria, terá todo o gosto de partilhar na Câmara e depois com a Assembleia.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, não havendo mais inscrições, deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, que foi longo, mas que julgava ter sido profícuo e esclarecedor. Entrando na Ordem do Dia e atendendo à hora já avançada, a Mesa propôs a alteração da Ordem de Trabalhos por forma a que o Ponto Nono - Apresentação e apreciação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Lagoa referente ao ano de 2022 passasse ao Ponto Segundo da Ordem do Dia, sendo o Primeiro Ponto a Apreciação da informação escrita do senhor Presidente e depois os demais Pontos por ordem sequencial. Uma vez que não se verificou oposição à proposta apresentada, a mesma foi considerada tacitamente aprovada.-----

### **III – Período da Ordem do Dia-----**

#### **1º Ponto – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira em 31 de janeiro de 2023-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu as inscrições para uso da palavra, tendo a mesma sido concedida ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** fazendo alguns comentários sobre o documento que lhes foi remetido, salientando que não aparece qualquer referência ao relatório de avaliação da execução dos contratos-programa celebrados com as IPSS's, relativo ao exercício do ano anterior, sendo que gostaria de receber a última documentação técnico-administrativa que haja sobre essa matéria e que se remetesse, por escrito, para o seu Grupo e para quem o senhor Presidente da Mesa entendesse, naturalmente, pedindo à Câmara que o faça, e que era uma informação relativamente ao último estágio da situação com a componente técnica e administrativa. Depois, na página, pensava que já tinha sido feito anteriormente e que no relatório constasse do Plano de Atividades e das atividades relevantes, porque só constava unicamente o que estava, teoricamente, em curso, como era o



caso da página 3, setor de obras, mas sem qualquer informação do estado de desenvolvimento daquilo que é o plano e qual é a sua calendarização em termos de ranking e isso era feito. Por outro lado, também se verifica que não há naquele tipo de informação qualquer descrição percentual da execução ou física da execução o que também, recordou, há uns anos era feito e, portanto, recomendaria que isso se fizesse. Relativamente à página 4, questionou por que razão na linha 4 do abastecimento de água diz que o processo 2030300.1001/41 está em curso, conclusão em dezembro de 2022. Depreendeu poder um engano, ou não dezembro de 22, mas qualquer coisa não batia certo, porque em dezembro 22 já passou. Houve uma prorrogação do prazo, ou se tratava de um lapso, não sabia. No processo seguinte, processo 2021300.10.001/90 consulta prévia e refere-se à manutenção dos sistemas de instrumentação pela gestão, etc., diz em curso, término previsto para outubro de 23. Num processo daqueles, dada a sua sensibilidade, com aquela informação, a Assembleia Municipal não tinha informação verdadeiramente nenhuma, porque era bom que se dissesse o que é feito, pelo que recomendou que o senhor Presidente alertasse os serviços para que fossem mais precisos nisso, porque senão nem vale a pena colocar ali, já que sabe-se que o concurso foi aberto. No processo 2021/300, depois 10, é o processo da empreitada Lagoa Mais Sustentável, Fase 1, entrega de Alporchinhos dizia “candidata a financiamento - em curso”, não se sabe o grau de execução e seria interessante. Estava a dar um exemplo, precisamente, para fundamentar aquilo que disse. Depois da imprecisão, de obras por administração direta, na folha 6, surge “reparação de passeio e calçada em Lagoa, reparação de passeio e calçada em Carvoeiro” e depois tem outra localidade e disse que que seria de bom tom se referisse as ruas em questão, pois aquilo não se fazia assim há uns anos. Sabe como é que era feito e disse não entrar no debate que Vossa Excelência deseja. Fez as recomendações que tencionava como boas e pensava que, no seu espírito de cooperação com a Assembleia Municipal, o senhor Presidente iria dar sequência a isso.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** começou por subscrever as observações do Doutor Inácio que lhe fazem todo o sentido, pois quanto melhor for a informação, e mais informação tiverem e mais precisa, melhor estarão preparados para responder a qualquer munícipe. Passou a elencar as suas observações, na página 27, estava um quadro com as instituições que têm frequência no prolongamento do pré-escolar e aparece ACB de Ferragudo a quem diz que “a informação não foi disponibilizada em tempo útil”, e não entendia porque quem faz a distribuição da informação é o próprio município, não é a entidade ABC de Ferragudo, porque aqueles serviços são dirigidos diretamente pelo município, pelo que não entendia nem considerava que fosse razoável. A informação que estava não lhe parecia correta, pelo quis perceber porque é que surge assim e quem não prestou a informação. A leitura do quadro era interessantíssima, tratando-se de escolhas das famílias, uma escolha direta das famílias e aquele quadro tinha uma leitura muito interessante. Depois, na página 28, constava uma “solicitação do relatório trimestral de atividades e enriquecimento curricular desenvolvidas no primeiro trimestre, no cumprimento no disposto do protocolo” e quis saber se seria possível, quando estiver disponível aquele relatório trimestral, que fosse entregue e encaminhado aos membros da Assembleia Municipal para conhecerem a execução





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

desses relatórios e daqueles trabalhos que são feitos. Quis, assim, saber se tal seria possível e se há essa vontade do município em fornecer aquela informação, pois já numa outra Assembleia fez uma sugestão de uma proposta que o senhor Presidente acolheu, de que quando tivesse pronto o relatório da Fatacil, que fosse disponibilizado à Assembleia, foi dito que sim e, até àquela data, não tinham acessos e não sabia se estava ou não pronto. Gostava, pois, de saber se seria possível, disponibilizar esses relatórios e que chegassem, efetivamente, à Assembleia Municipal. Em seguida, na página 29, que dizia “análise do relatório trimestral dos termos de acompanhamento de execução de um outro protocolo”, fez a mesma pergunta, se seria possível ter acesso quando esses relatórios estivessem prontos, para a Assembleia saber como é que eles são desenvolvidos, qual o acompanhamento, quem é que acompanha isso. Depois, logo a seguir constava “informação da divisão financeira para pagamento de uma determinada verba, relativamente ao segundo período do ano letivo”, tinha que ver com as AEC’s e quis saber se já foi feito esse encaminhamento, se efetivamente estava previsto descontar ou não, tendo já feito essa pergunta anteriormente, descontar ou não aquele mês e tal em que as atividades das AEC’s não estão a ser prestadas às crianças, se há ou não um acerto de verbas porque, efetivamente, é um serviço que não é prestado, e não era barato, na sua opinião. Na sua opinião, pensava que se as IPSS do concelho fossem chamadas a fazer aquele tipo de serviço, teriam um serviço muito mais capaz para o concelho, muito mais efetivo e com melhores respostas. Quis, assim, saber se, efetivamente, já foi dada a orientação para pagamento e se houve ou não acerto de valores relativamente ao serviço que não foi prestado ao município.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder às questões colocadas.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que iriam acolher todos os pedidos que foram feitos, pois o objetivo era tornar toda a informação mais clara, mas não podia deixar de dizer ao Doutor José Inácio que por momentos de um flashback, voltou uns 10 anos atrás, com papéis trocados e a reivindicar exatamente as mesmas coisas que o senhor Deputado estava a reivindicar e, curiosamente, o senhor Deputado José Inácio deu as mesmas respostas que agora estava a dar e isso era engraçado. Mas acrescentou também haver dois ou três reparos que fazem todo o sentido e que obrigam a fazer um esclarecimento. O processo 2030300.1001/41, a regulação e ampliação da rede de abastecimento de água conclusão em dezembro 2022, se não tivesse havido uma prorrogação de contrato, sendo a tal obra da Submersy que ainda estavam a acabar, sendo aquela referida antes e que devia ali estar, obviamente. Foi alguém que fez o copy/paste e não teve o cuidado de perceber que houve uma prorrogação. Da mesma maneira que a da manutenção de sistemas, e para isso precisam de uma informação que venha clarificada da parte do serviço de águas e iria providenciar nesse sentido. O processo 2021300.10.001/90 também iria ter que chamar a atenção porque era um erro, não era candidato a financiamento, tem financiamento aprovado e estava já em fase de conclusão. A empreitada Lagoa Mais Sustentável, Fase 1, zona de influência do ponto de entrega de Alporcinhos era a obra que está a decorrer na freguesia de Porches, estava em fase de conclusão, também foi alvo de uma prorrogação por 64 dias, também tinha término previsto no final de 2022 e a empresa adjudicatária invocou a Covid, a dificuldade de entrega de materiais, a dificuldade de recursos



humanos e prolongou por mais 64 dias, que foi aprovado. Curiosamente, ao contrário da anterior, aquela empresa tem trabalhado bem e a obra estava praticamente concluída, sendo uma obra de grande importância como ali já referiu e que está espelhada na gestão de património e infraestruturas porque vai permitir aquele tipo de intervenções que começaram por Porches e que iria permitir, espalhando em todo o concelho, perceber exatamente onde estão a ter perdas de águas, eventuais ruturas, onde começam essas ruturas, pois até surgirem elas começam uns dias antes sem que ninguém dê por isso. Portanto, era uma obra extremamente importante. Os outros pedidos que foram feitos, naturalmente que iriam tomar nota e irão depois passar essa informação ao senhor Presidente.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo**.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** explicou que na sequência da intervenção e relativamente à obra de Alporchinhos e ao controlo dos MCM, para que houvesse uma perceção da realidade que era uma coisa fundamental, aquela Assembleia deveria ser informada dos trabalhos executados, em que sítios, com o relatório técnico muito curto, não perder muito tempo, mas que desse uma informação do real andamento e da distribuição da intervenção.-----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** dizendo que, embora essa intervenção esteja de forma resumida descrita no documento da gestão do património infraestruturas que foi distribuído aos senhores Deputados e que foi ali apresentado, podem fazer uma descrição mais detalhada, porque uma das razões que levou a que aquela obra visse ser prorrogada a sua execução foi que a de que o cadastro que encontraram, sobretudo naquela área que chamam de "Bicalândia", e aquele que têm nos serviços, não correspondem e isso obrigou à perda de vários dias e a uma série de trabalhos extraordinários para se encontrar, efetivamente, onde estavam as condutas. Fariam, assim, chegar essa informação assim que a obra estivesse concluída. Sobre a questão do dinheiro das AECs esclareceu que o facto de se tratar de uma prestação de serviços dava essa possibilidade e só pagariam aquilo que é, efetivamente realizado. Assim, é feita uma informação, um auto, tal como numa obra, e pagam apenas aquilo que é realizado.-----

## **2º Ponto – Apresentação e apreciação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Lagoa referente ao ano de 2022.**-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, convidou a Dra. Patrícia Jacinto e a Dra. Elsa Assunção, representantes da CPCJ de Lagoa, a quem agradeceu a disponibilidade e a colaboração, e na sua pessoa saudou todos os membros dos órgãos da CPCJ de Lagoa bem como todos os seus colaboradores, concedendo o uso da palavra para a apresentação do Relatório.-----

-----No uso da palavra, a Dra. **Patrícia Jacinto** realizou a seguinte intervenção: «Muito boa noite. Muito boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, muito boa noite



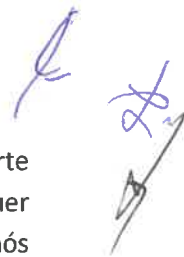
*[Handwritten signature]*

senhor Presidente da Câmara, senhora Vice-Presidente, senhoras e senhores Vereadores, a todos e a todas. Antes de mais, permitam-nos agradecer a oportunidade de estarmos aqui a apresentar o trabalho daquilo que é realizado pela equipa da CPCJ. Estou eu aqui em representação, e está a Secretária, Elsa Assunção mas, naturalmente, isto é o trabalho que reflete o trabalho de uma equipa ao longo de um ano, no caso, o ano 2022. É ao abrigo desta lei que a Comissão intervém. Esta lei tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens que se encontram em situação de perigo. As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens têm duas modalidades, portanto têm a modalidade alargada e a modalidade restrita. A primeira tem o seu foco na prevenção, a segunda tem o seu foco na intervenção. De uma forma muito genérica, como podemos ver, depois da diminuição que houve relativamente ao volume processual, ou à variação percentual entre os anos 2019 e 2020, desde então os anos 2021 e 2022 pautaram-se por aumentos, sendo este mais expressivo no último ano. Relativamente aos processos, vemos que, de uma forma geral, houve um aumento com exceção aqui no número de processos reabertos, em que o número se manteve constante. Portanto, em relação aos números de 2022, temos um total de processos de 224 processos trabalhados, 81 transitados, 106 instaurados, 28 reabertos, arquivados foram 133 e ativos que transitaram para este ano de 2023, 91. Permitam-me também informar que destes 91 processos que transitaram para este ano, a 31/12/2022, dois encontravam-se em análise preliminar, 60 em avaliação diagnóstica, dois em deliberação e contratualização e 27 estavam em execução e acompanhamento. Mantendo a tendência, houve um aumento aqui relativamente também às freguesias de residência, com exceção da Freguesia de Porches onde houve um decréscimo de quatro processos. Estes aumentos foram mais expressivos aqui nas Uniões de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, Estômbar e Parchal, mantendo-se também a tendência como sendo estas as freguesias onde a Comissão mais intervém. Relativamente aos números de 2022, Estômbar e Parchal com 78 processos, Ferragudo com 15, mais dois do que o ano passado, 2021, Lagoa e Carvoeiro com 104 e Porches 28. Relativamente às faixas etárias, houve aqui um acréscimo em relação a todas as faixas etárias, com a exceção da faixa etária das crianças e jovens dos zero aos 2 e dos 18 aos 21, onde houve uma diminuição. Dizer-vos que este aumento foi mais significativo nas crianças e jovens acompanhados entre os 3 e 5 anos, 13 e 15, 16 e 17. Relativamente aos anos em análise, portanto, 2019 a 2022, dizer-vos que se tem mantido constante as faixas etárias onde a Comissão mais intervém, portanto, situando-se aqui na faixa etária entre os 6 e os 9, os 13 e os 15, e os 16 e 17. Relativamente aos processos por sexo, não há aqui grandes surpresas, o maior volume processual acompanhado pela Comissão reporta-se a crianças ou jovens do sexo masculino, sendo que relativamente aos números, quer de 2021, quer de 2020, vemos que existe um aumento. Dar-vos conhecimento que relativamente aos números de 2022, as crianças ou jovens do sexo masculino foram 120, do sexo feminino foram 101. Frequência escolar, também houve aqui de forma genérica aumentos em quase todos os ciclos, se me permitem a expressão, houve diminuição em relação ao número de crianças que ficavam em casa ao cuidado de família, de pais, etc. Houve também diminuição em relação às crianças que frequentavam o 3.º Ciclo, e o 2.º Ciclo manteve o mesmo número de crianças ou jovens. Por sua vez, realçar aqui que os aumentos mais significativos neste último ano se reportam às crianças a frequentar a creche, o 1.º Ciclo e o Secundário. Em relação aos anos em análise, portanto, novamente 2019 a 2022, vemos que a tendência em termos do acompanhamento da Comissão se situa aqui 3.º Ciclo, seguido do 1.º e 2.º Ciclo. No que concerne às comunicações recebidas, as entidades que mais nos fazem chegar comunicações



mantêm-se as mesmas, portanto, os estabelecimentos de ensino e as autoridades policiais, houve aqui uma diminuição relativamente às comunicações vindas dos estabelecimentos de ensino e houve aumentos significativos relativamente às comunicações, quer das autoridades policiais, quer aqui também dos vizinhos e particulares. Portanto, em 2021 tivemos 19 comunicações, em 2022 tivemos 26. De forma muito breve, também aqui relativamente às alíneas de perigo vou citar apenas a alínea que tem a descrição ao lado para facilitar aqui um bocadinho. Portanto, vemos que houve um aumento em relação a todas as alíneas de perigo, excetuando-se claro a alínea b) e a alínea f). Houve aqui e pedia aqui a vossa atenção relativamente à alínea c), em que não recebe os cuidados ou a afeição necessários à sua idade ou situação pessoal, houve aqui um aumento considerável, em relação aos últimos anos em relação ao que vinha a acontecer. Dizer-vos também que a tendência se mantém, o maior volume de processos acompanhado reporta-se a alínea f) e g), naturalmente está sujeita a situação de perigo ou assume a criança alguma situação de perigo sem que os pais se oponham de forma adequada. Relativamente às medidas de promoção e proteção que se encontravam em execução a 31 de dezembro, portanto, há pouco disse-vos que eram 27 e agora aparecem aqui 28 e explicar o porquê. Uma das medidas que está aplicada, está aplicada de forma a cautelar, significa isto que a medida é aplicada, mas continua a avaliação diagnóstica, houve a necessidade de precipitar aqui a aplicação de uma medida, isto está previsto na lei, naturalmente, e embora conte aqui como uma medida, não conta para a execução e acompanhamento, continua o processo em avaliação diagnóstica. Em relação às medidas aplicadas, 18 foram junto dos pais, quatro acolhimento residencial, apoio junto de outro familiar, seis. Relativamente aos arquivamentos, um total de 133, nós dividimos por arquivamento liminar, em que o processo não tem instrução, após a instrução do processo e depois o arquivamento do processo quando já existe medida aplicada. Portanto, em relação aos liminares foram arquivados 11, quatro deles porque a criança passou a residir fora do território nacional, três foram devolvidos às entidades de primeira linha e quatro foram remetidos para outras comissões por não ser esta a territorialmente competente. Processos sem medida aplicada, ou seja, após a instrução, foram arquivados um total de 75, 50 em que a situação de perigo já não subsiste, três em que não se confirma, quatro em que o jovem atingiu a maioridade, dez foram remetidos a Tribunal por não ter sido prestado consentimento à intervenção, cinco processos foram remetidos a Tribunal por ausência de acordo e três a criança ou jovem passou a residir fora do território nacional. Relativamente aos motivos de arquivamento relativos aos processos com medida aplicada, em 30 situações, a medida foi cessada porque a situação de perigo não subsiste, em quatro, o jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção, numa situação foi remetido a Tribunal por ausência de acordo de promoção e proteção, em duas situações foi remetido a Tribunal por retirada de consentimento e dez processos foram remetidos a Tribunal por não cumprimento reiterado do acordo de promoção e proteção. Relativamente ao balanço que costumamos fazer também relativamente às potencialidades e constrangimentos identificados pela Comissão, em termos de constrangimentos, aquilo que é o entendimento da Comissão é que continua a fazer falta aqui um centro de apoio familiar e de acompanhamento parental, para nos apoiar neste trabalho com as famílias e a resposta de acompanhamento psicológico para os jovens entre os 13 e os 18, porque de facto é uma necessidade e a resposta do GASMI, embora muito importante, não acompanha depois a faixa etária que ali está compreendida. Relativamente às potencialidades acho que não tenho nada a acrescentar para além do que trouxemos no ano





passado. Portanto, existe uma ótima articulação com as entidades do concelho, existe forte comprometimento e compromisso, quer perante as crianças e jovens do concelho, quer também em apoiar a Comissão em tudo o que são iniciativas e tudo o que são ideias que nós queremos, seja em termos da prevenção, seja em termos do próprio trabalho e da gestão processual. Portanto, acho que é uma grande potencialidade e daí voltamos a trazê-las. Por fim, em caso de haver uma situação de perigo conhecida, estas são as formas através das quais nos devem fazer chegar uma comunicação, pessoalmente, por carta, por telefone, e-mail, estão ali os nossos contactos, estão também os números, o e-mail etc. Portanto, isto também é um dever cívico e é um dever de cada um de nós e, portanto, deixo o apelo para entrem em contacto connosco em caso dessa necessidade. Depois, permitam-me convidar-vos para conhecer a página do Facebook da Comissão de Lagoa, através da qual nós divulgamos as iniciativas que vimos a desenvolver, através do plano de ação. Neste momento, temos a correr uma iniciativa no âmbito das comemorações aqui do mês dos namorados, apelando aqui ao mês dos afetos e também numa campanha contra a violência no amor e contra as relações pouco saudáveis que sabemos, o que os números indicam que vêm a acontecer cada vez dentro das camadas mais jovens. Obrigada pela atenção. Se quiserem colocar alguma questão, estaremos disponíveis para responder.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a apresentação, não só pelo rigor e completude da exposição mas também pelos apelos que deixou à participação, julgando ser este um modo eficiente de divulgar, valorizar e reconhecer publicamente a meritória atividade da CPCJ de Lagoa e o excelente trabalho desenvolvido em prol da comunidade, que a comunidade valoriza mas, por vezes, não conhece suficientemente. Por outro, permite manifestar o apoio da Assembleia Municipal à CPCJ de Lagoa, reforçar os laços e a excelente colaboração entre ambas. Em seguida, foram abertas inscrições para se intervir naquele Ponto da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos**.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** disse considerar que o público devia estar ali presente quando a apresentação foi feita, pois não seria só para apresentar reclamações e críticas à Câmara, e isso era uma crítica que apresentava. Sobre a posição do seu Grupo Municipal relativamente à apresentação que foi feita, do relatório de atividades 2022 da CPCJ de Lagoa, disse que o sistema de proteção das crianças e jovens assenta no pressuposto fundamental de que os pais são responsáveis pela proteção das crianças e de que a família é um elemento fundamental da sociedade, à qual o Estado garante um conjunto de proteções. No entanto, nem sempre os pais podem, conseguem, querem, ou sabem como proporcionar os direitos das crianças, deixando de ser agentes, protetores, quer devido à falta de recursos para fazer face às necessidades básicas dos filhos, quer devido a défices pessoais ou emocionais, limitações económicas, socioculturais, etc. É neste contexto que se enquadra, num sistema que se pretende subsidiário, o papel protetivo das entidades com competência em matéria de infância e juventude, das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e, em última instância, do Tribunal, papel esse consagrado na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual. Neste sistema de proteção à infância e juventude estão incluídos um conjunto de intervenientes que têm como objetivo a promoção dos direitos e a proteção das crianças e



juvenes em perigo, numa perspectiva de prevenção e proteção. É, sobretudo, um processo colaborativo no qual intervêm diversas entidades, as quais estão também representadas na CPCJ, nomeadamente os quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal. Nesse âmbito, realçaram a cooperação dada pelo município de Lagoa, que vai para além daquilo que estipula a LPCJP, sempre atenta às necessidades das crianças e juvenes do concelho, sobretudo daquelas que vivem em contextos familiares e sociais mais vulneráveis e que são objeto da intervenção da CPCJ de Lagoa. E, ainda a esse propósito, salientaram o facto de o município disponibilizar o seu representante a tempo inteiro mais do que o previsto nas orientações da CNPDPCJ, bem como a afetação exclusiva de um veículo, revelando mais uma vez interesse pelas questões sociais. A CPCJ de Lagoa estava de parabéns pelo excelente trabalho que tem feito em prol das crianças e juvenes mais desprotegidos, acompanhando no ano em análise mais processos do que no ano anterior, demonstrando que a comunidade e as entidades que desenvolvem atividades na sua área de competência territorial estava mais atenta e mais interventiva. Nesse sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista propôs à Assembleia Municipal um voto de louvor à CPCJ de Lagoa.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** agradecendo, em seu nome e em nome do Bloco de Esquerda, pelo trabalho e empenho. Tendo passado um ano, apresentaram aquele relatório e registou-se um aumento em relação a 2021, o que era um sinal preocupante ou muito preocupante. Também preocupante eram as incidências nas faixas etárias e quis saber o que pensavam sobre a razão para ter havido aquele aumento. Para além disso, alínea a), situação de perigo que diz que a criança quando está abandonada ou entregue a si próprio e, nestas situações, que solução dão a uma criança naquela situação, qual é o encaminhamento dado. Por último, há um ano, fez referência e, pelos vistos, as coisas continuam, são as instalações, com algumas situações indesejáveis como as acessibilidades que não são adequadas a pessoas com mobilidade reduzida, as salas de espera sem espaço adaptado para crianças e juvenes, assim como também as instalações sanitárias que são partilhadas entre o público e os elementos da CPCJ.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra às senhoras representantes da CPCJ de Lagoa para responder às questões colocadas.-----

----- Usou da palavra a representante da CPCJ de Lagoa, procurando responder às questões, sendo que a primeira era um bocadinho difícil porque aquele aumento relativamente ao número de processos, queriam acreditar que esse aumento, em vez de ter a visão mais pessimista, pode também significar que têm uma comunidade mais atenta, que têm conseguido fazer um trabalho de sensibilização e de prevenção, que faz com que todos, enquanto profissionais, enquanto pessoas, enquanto vizinhos, enquanto cidadãos se preocupem e estejam atentos ao que acontece ao lado e que isso também pode levar ao maior aumento relativamente às comunicações. Em termos de razões para o aumento, aquilo que lhes parece é que, tendo em conta que em 2019/ 2020 houve um período de Covid, houve comunicações que não chegaram,



*Handwritten signature in blue ink.*

porque as crianças estavam mais isoladas, estavam mais em casa, estavam mais com as famílias e isso vê-se, por exemplo, através do número de crianças que estavam a frequentar a casa, passe a expressão, ao invés de estarem no estabelecimento, e esse número inverteu-se no último ano. Portanto, pode dever-se também a esse facto aquele aumento, ao facto de agora estarem todos, de certa forma, também voltar à rotina, a voltar ao normal, a voltar às escolas, a voltar aos estabelecimentos de ensino, às creches e disso também poder despoletar um maior número de comunicações de situação de perigo. No caso das crianças abandonadas ou entregues a si próprio, o caso de uma criança abandonada entregue a si própria determina que alguém lhes comunicou essa situação de perigo, determina que houve uma comunicação nesse sentido, mas não determina que, de facto, essa situação seja real. Isso tem que ser depois analisado, entrevistados os intervenientes, fazer as diligências que costumam fazer em qualquer processo e tem que se perceber qual é a rede que existe, qual é a veracidade dos factos, qual é a situação e, a partir daí, trabalhar alternativas, qual é a rede familiar de suporte existente, qual é a rede comunitária que existe, qual é a realidade daquela criança, daquele jovem e, mediante isso, são pensadas alternativas mediante aquilo que são as próprias medidas propostas na lei, propostas elencadas na lei, como apoio junto de um familiar, apoio junto de uma pessoa idónea, o próprio acolhimento residencial. Assim, não conseguia dizer de forma taxativa qual era o procedimento, pois cada situação terá que ser analisada à luz dela própria. Relativamente à questão da primeira alínea de perigo, há uma questão que muitas vezes refletem e que se prende com a possibilidade de existir a comunicação anónima tem o seu lado positivo e seu lado negativo. Alerta a comunidade que todas as pessoas têm o direito para, se tiverem conhecimento de um perigo que uma criança ou jovem esteja sujeito, mas também permite que pessoas com intenções que não as mais corretas, utilizem esses meios para descrever situações que não existem na realidade e o papel da CPCJ é, efetivamente, quando lhes chega a comunicação, é perceber junto dos seus progenitores da criança ou seu representante legal a veracidade que aquilo tem, até porque trabalham em parceria com as várias entidades e junto dessas entidades onde as crianças estão inseridas, conseguem verificar, efetivamente, se o que é reportado corresponde à realidade ou não. Relativamente às instalações estava a ser feito um levantamento de necessidades, a Comissão Nacional encaminhou também um documento para a Câmara e para a própria Comissão e estava a ser feito também um levantamento de necessidades, até porque entendem que tem que ser pensado de forma consciente e, portanto, não valia a pena elencar uma ou outra sem ser feito de forma consciente. Alertou também para outra coisa, pois pese embora existam alguns reparos em termos do questionário, não houve nenhum atendimento que tenha deixado de se fazer porque não havia acessibilidades, não houve nenhuma situação em que, ou seja, o que está representado não significa que o trabalho tenha sido prejudicado ou que a atuação da Comissão tenha sido prejudicada, em função da questão das instalações. Isso também era importante esclarecer que têm conseguido também a articulação com os serviços e com os serviços que também estão no SEF a articular de forma a dar resposta da forma mais eficiente possível, porque limitações acredita que existam em todo o lado. Acrescentou-se ainda relativamente à primeira questão que se prende com o aumento das faixas etárias e, efetivamente, reiterando aquilo que a Doutora Patrícia disse, a Covid trouxe vários constrangimentos e comprometimentos, nomeadamente a nível da saúde mental e era nesse sentido que verificaram que os jovens e comunicações que não chegavam à Comissão, chegam mais atualmente e também não conseguem, apesar de encaminharem para determinados serviços, em termos públicos, tal como foi apontado também pelo senhor Deputado, a



necessidade e a capacidade financeira que os pais têm de dar respostas às necessidades de saúde mental, de acompanhamentos psicológicos que existam, daí também um dos constrangimentos que apresentaram no relatório ser, efetivamente, esses acompanhamentos porque até aos seis anos, ou seja, até as crianças fazerem sete existe uma resposta por parte do GASMI, a partir dos 13 deixa de existir essa resposta que é tão necessária.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo pensar que, enquanto lagoenses, enquanto autarca, deviam ficar orgulhosos por terem uma estrutura que funciona como aquela, não só por terem profissionais verdadeiramente dedicados, pois conhece com alguma proximidade o trabalho que a CPCJ faz, e deviam ficar orgulhosos por terem um município atento, prestável e que disponibiliza meios para esse efeito e possuem estruturas no concelho que são parceiros efetivos, tanto do município como da CPCJ. Desse ponto de vista, evidentemente, que era um trabalho difícil, um trabalho que encontra muitas barreiras, muitas vezes feito com voluntariado para além dos profissionais que lá estão e, portanto, era um orgulho todos os passinhos que foram dando. Deviam estar orgulhosos por estarem a percorrer um caminho que julgava ser positivo, devagar, com firmeza e com confiança de conseguirem melhorar o trabalho ano após ano.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, reiterou o seu agradecimento pela apresentação do Relatório bem como agradeceu os esclarecimentos prestados, na certeza de que no ano seguinte estariam ali, de novo, para analisar o Relatório do corrente ano e interpretar os números revelados. Os números do Relatório deste ano, se, por um lado, revelam um acréscimo de processos, por outro, também refletem a maior participação da comunidade, significa que a comunidade está alerta e que o reforço do alerta, pelas redes sociais, tem-se revelado eficaz.-----

De seguida, e atendendo ao adiantado da hora, a Mesa propôs, ao abrigo do Artigo 26.º n.º 2 do Regimento, que a Sessão Ordinária da Assembleia fosse prorrogada por mais uma hora, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.-----

**3º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Declaração de Relevante Interesse Público Municipal do Projeto de ligação da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira, em Travessia do Rio Arade e da Ribeira da Boina;----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para a apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** informou que, tal como estava plasmado no documento já referido anteriormente, por mais que uma vez, na gestão patrimonial das infraestruturas, o município de Lagoa em





termos de tratamento de águas residuais tem 78% dessas águas residuais entregues às Águas do Algarve e trata, através de uma licença de recursos hídricos, que é passada pela APA 32% dessa mesma água, tratando e lançando no Rio Arade, na ETAR da Mexilhoeira da Carregação, que é da responsabilidade do município de Lagoa. Desde há muito tempo àquela parte, e presumiu que ainda do tempo do senhor Deputado José Inácio enquanto Presidente da Câmara mas, ainda assim, o município estava a envidar esforços junto das Águas do Algarve para que também aquela ETAR passasse para a jurisdição das Águas do Algarve, atravessando o Rio Arade para a ETAR da Companheira, para que pudesse lá ser tratada e, naturalmente, o município pagar. Durante muitos anos, aguardam por uma resposta, pese embora todas as diligências que fizeram no sentido de que lhes fosse autorizado, aliás quem tem feito essas diligências são as Águas do Algarve, a quem lhes cabe fazer, mas a Câmara, obviamente, como parte interessada sempre pressionando as Águas para pressionar as Infraestruturas para que houvesse uma resposta. Nunca houve uma resposta positiva e depois de muita insistência do município e confrontando os responsáveis das Infraestruturas do Algarve finalmente perceberam porque é que não havia um parecer favorável, pois do ponto de vista técnico não era possível, ou seja, a calha de serviço, a calha técnica de serviço para passar tubagens não comporta a passagem dessa tubagem com as dimensões que ela necessitaria e, portanto, por isso as Infraestruturas do Algarve não dão autorização e essa questão está completamente posta de parte. Consequentemente, avançou-se para um plano B por pressão que fizeram à Águas do Algarve e esse plano B é o atravessamento do Rio Arade pelo leito do rio, passando o Rio Arade e a Ribeira de Olhão o que levantou logo, naturalmente, uma série de questões. As Águas do Algarve, tiveram que ir às entidades e as entidades dentro dos documentos que solicitaram é precisamente essa declaração de relevante interesse público, por forma a que possa haver intervenção no espaço da Rede Natura, que é REN e tudo aquilo que sabem, tudo e mais alguma coisa. E, por isso, aquele documento já foi à Câmara, foi aprovado na Câmara e agora, obviamente, uma vez não é a Câmara que tem competência para declarar o relevante interesse público municipal, mas sim a Assembleia e, por isso, levaram à Assembleia. Contudo, sobre aquela matéria acrescentou ainda que comunicou aos senhores Vereadores na reunião de Câmara que aquele plano B e a dependência que têm, porque ainda vão continuar dependentes das Águas do Algarve não lhes agrada e, como tal, estão a trabalhar num plano C. Naquele mesmo dia, tiveram uma reunião de trabalho com especialistas na matéria para se avaliar, em termos de relação custo e benefício, o que será mais vantajoso para o município, se entregar às Águas do Algarve, à semelhança do que têm na ETAR da Boa Vista que era um bom exemplo ou se, eventualmente, o município deva chamar a si essa função de tratar as águas residuais, renovar a licença, obviamente, e sem ter que pagar dar outro uso a essas mesmas águas. Estavam a falar de 32% de todas as águas residuais que vêm de Estômbar, da Mexilhoeira da Carregação, do Pateiro e parte da Bela Vista e parte do Parchal. Portanto, 32% do total são, no inverno, 1100 hm<sup>3</sup>, podendo chegar aos 1600-1700 no verão, estando-se a falar de muita água que é tratada e largada no rio devidamente. Esclareceu ainda que fazem uma medição dos parâmetros com frequência e se houver algum incumprimento, têm que relatar à FSAR e às Águas do Algarve. Mas, ainda assim, isso não lhes dá tranquilidade, pelo nível de vestutez que a instalação tem, tem muitas dificuldades e teve oportunidade de verificar isso no terreno e era como terem uma espécie de bomba-relógio que pode rebentar a qualquer momento. Urge, pois, tomar medidas e, por isso, deixou aquela indicação que, independentemente desse caminho que têm que fazer para que o processo possa andar o mais célere possível, estavam também a



trabalhar e quando tiverem conclusões partilharão na Câmara e com a Assembleia, se não valerá a pena ser o município a tratar essa água e tendo em conta aquilo que são as medidas que urge tomar perante a questão da escassez de água na região, acreditam que a solução não se resume só com dessalinização, não se resume só com o trazer água do Pomarão, sendo preciso também fazer uma reutilização das águas residuais, sobretudo para fins em que é perfeitamente plausível fazê-lo, como limpeza dos contentores, lavagem da via pública, rega dos jardins e espaços verdes e, portanto, era esse o caminho que querem tomar.-----  
-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, abrindo, as inscrições, deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----No uso da palavra, ao senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** questionou, se foi solicitado à CCDR uma avaliação de incidências ambientais e, por sua vez, a CCDR, segundo a documentação que leu, a CCDR pediu ao ICNF e também à APA, a APA não respondeu, mas o ICNF disse que foram escassos os elementos apresentados e que deverá ser objeto de procedimento de avaliação de incidências ambientais, de modo a serem eliminadas dúvidas subjacentes e implícitas para efeitos de pronúncia cabal. Portanto, dizem que não foi apresentado um projeto de execução, que depois deverá ser objeto de procedimento da tal avaliação de incidências ambientais. E também a CCDR diz que não passa a tal avaliação devido a não haver a tal declaração de relevante interesse público. Ora, enquanto Deputado terá de votar naquela declaração e não se sentia confortável em votar favoravelmente, pois não tem aquela avaliação, assim como também não tem acesso ao projeto de execução e julga que deviam ter acesso. A CCDR diz que não faz a avaliação enquanto não tiver a declaração mas, do seu ponto de vista, acha que também deve dizer que não vota favoravelmente porque não tem a dita avaliação.-----

-----Tomou a palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** dizendo não saber se o senhor Deputado Jorge Ramos percebeu que quem tem que apresentar esses dados todos não era o Município de Lagoa, mas sim as Águas do Algarve, o requerente, e o que podem estar ali a criar é um ciclo vicioso, uma pescadinha de rabo na boca, em que nunca irão sair daquilo, em que se não aprovarem o relevante interesse municipal não se pode dar o passo seguinte, que é o da CCDR apreciar os projetos e dar a sua autorização. A missão do município, e porque lhes foi solicitado pelas entidades competentes, é declarar o relevante interesse municipal e, sobre isso, não tem a mínima dúvida sobre o relevante interesse municipal de garantir a salvaguarda dos valores ambientais do Rio Arade que vai ter ao mar, como todos os rios e no mar estão as praias.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, passou a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----No uso da palavra, ao senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** declarou, com o devido respeito pela intervenção do senhor Deputado Municipal Jorge Ramos, que aquele passo era prévio ao outro. Naturalmente que a CCDR e os organismos do ambiente



não passarão depois o documento que lhes é solicitado pelas Águas do Algarve se, efetivamente, as Águas do Algarve como requerente não satisfizerem as exigências desses organismos, mas disse, claramente, que se não tiverem da parte do município o relevante interesse público municipal, certamente o processo boqueia e, daí, a votação da bancada do PSD a favor.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou em seguida e na ausência de mais intervenções que se procederia à votação do Ponto Terceiro, tendo a proposta sido aprovada com vinte e quatro (24) votos a favor, dezasseis (16) do PS, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do Chega e um (1) da CDU e uma (1) abstenção do Bloco de Esquerda.-----

**4º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da reformulação do Compromisso Plurianual, previsto na alínea c) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso público de Empreitada de construção do silo de estacionamento de Ferragudo, no valor global de 2.433.664,11 €, com IVA incluído à taxa de 6%, sendo 302.493,79 € no ano de 2021, 341.400,16 € no ano de 2022, 789.770,16 € no ano de 2023 e 1.000.000,00 € no ano de 2024;-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou que a proposta se refere a uma série de compromissos plurianuais que levam à Assembleia, nos termos da lei, para que se possa aprovar a reformulação dos compromissos plurianuais. Naquele ponto em concreto, aquilo que se pretende é a reformulação do compromisso plurianual, já referido variadíssimas vezes, e a doutrina divide-se, pois há quem pense que uma vez aprovado o compromisso plurianual pela Assembleia, se não houver um aumento total do prazo e se não houver um aumento do montante do projeto/obra ele não precisa de ir novamente à Assembleia. Contudo, há outro entendimento de que sempre que a autorização vai para um ano económico diferente daquele que foi aprovado pela Assembleia, ele deve ir à Assembleia para ser novamente apreciado e aprovado. O entendimento que têm na Câmara, e que já vinha de anos anteriores, de momentos anteriores e ainda que lei fosse a mesma, é a de que, havendo uma alteração ao ano económico, e tendo em conta que a Assembleia não votou especificamente para aquele ano, então levam novamente à Assembleia. Assim, sendo esse o entendimento e uma vez que o Silo de Ferragudo vai ter que passar para 2024, pelo menos parte da obra, levaram à Assembleia para, frisou, reformularem o respetivo compromisso plurianual. Mas uma vez que já foi abordado anteriormente pelo senhor Deputado Municipal José Inácio, que colocou essa questão também, cumpria-lhe informar que naquele mesmo dia, na sessão de Câmara, chegaram a um princípio de acordo com o empreiteiro, estando garantidas as condições que também referiu na Assembleia relativamente àquela obra, nomeadamente que era preciso garantir que as alterações que tinham necessariamente de fazer ao projeto em função daquilo que foi a



realidade da obra quando ela começou, não poderia, obviamente, exceder os limites que a lei determina, para que a mesma pudesse continuar. Tinham de tomar essa decisão, obviamente, ou extinguíam o contrato ou então, se houvesse condições para isso, podiam ainda aproveitar os atos que já estavam aprovados e que foram tomados. O princípio de acordo que têm, dizendo princípio porque faltava o documento escrito, que ainda iria a reunião de Câmara e que esperava que pudessem dar instruções nesse sentido e que possam levar na reunião de Câmara seguinte que seria dali a oito dias, porque terça-feira é Carnaval e, portanto, passaria para o dia a seguir e que depois possam levar também para conhecimento da Assembleia, respondendo ao repto que ali foi feito pelo senhor Deputado José Inácio, porque era uma obra que, obviamente, esteve parada e que tem que haver uma reapreciação e uma justificação para o facto de estar parada e em que condições vai ser retomada.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e depois de abrir as inscrições para o uso da palavra, concedeu a mesma ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** perguntou sobre qual foi exatamente o motivo da suspensão da empreitada.-----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicando que, tal como já tinha referido antes, no decorrer da obra foram encontradas cavernas que não estavam previstas, nem tinham sido identificadas previamente e que obrigaram a que a obra, naturalmente, fosse suspensa e reapreciada do ponto de vista técnico e depois também financeiro, tendo em conta que a intervenção que foi proposta pelo empreiteiro e pelos técnicos fez um aumento do preço da mesma.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** disse que não levaria para a discussão, por considerar que não fazia sentido, os argumentos que apresentou na altura em que se discutiu aquele assunto, sendo manifestamente contra aquela obra e de cada vez que se discute ainda o desagrada mais. Mas a forma como era levada a proposta à Assembleia não lhe agradava, efetivamente, porque falar de uma suspensão de uma obra sem fundamentar porque é que ela está suspensa era manifestamente insuficiente a informação que tem ali para a reunião de Câmara. Considerava manifestamente insuficiente e pensava que não era maneira de tratar, nem na reunião de Câmara, nem na Assembleia Municipal. Da outra vez referiu que as únicas informações que os técnicos prestam à Câmara e à Assembleia Municipal deve ser fundamentada e explicada, e não se contenta com aquilo e não aceitava, esperando que na Assembleia seguinte se discuta o problema do Silo e se discuta numa amplitude um pouco diferente, nomeadamente, quais os custos suplementares que a obra vai ter desde o projeto, desde os estudos que se apresentaram. Disse na altura da discussão do Silo que estava convicto de que obra ia para mais de 4 milhões quando chegasse ao final, com projetos e tudo, e estava convicto de ser, indiscutivelmente, uma obra demasiado cara, demasiado onerosa para a sua função e desejava, sinceramente, que nunca se tornasse um





“elefantezinho”. Esperava que viesse a ter uma finalidade para o custo que está a suportar e evidentemente que independentemente da explicação que o senhor Presidente deu da última vez, e que continua a dar, achava lamentável que se faça obras públicas sem primeiro se fazer estudos no terreno. Considerava lamentável e esperava que se aprenda no futuro para não fazer aquele tipo de coisas, porque já se tem muita experiência, já se faz construção pública há muito tempo para se fazer uma obra daquela envergadura sem se conhecer o terreno onde se vai trabalhar e onde se vai projetar.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** reforçou tratar-se de uma reformulação de um compromisso plurianual. A suspensão e a retoma da obra, e as suas justificações serão levadas ali também, deixando esse compromisso.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e avançou para a votação do Ponto, sendo que a proposta foi aprovada com dezasseis (16) votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista, quatro (4) abstenções, uma (1) da CDU, duas (2) do Movimento Lagoa Primeiro e uma (1) do Chega e cinco (5) votos contra, três (3) do PSD, um (1) do Movimento Lagoa Primeiro e um (1) do Bloco de Esquerda.---

**5º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da reformulação do Compromisso Plurianual, previsto na alínea c) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso público de Empreitada de Trabalhos diversos de manutenção nos trilhos e passadiços, no valor global de 232.309,49 €, com IVA incluído à taxa de 6%, sendo 32.265,20 € no ano de 2020, 25.389,37 € no ano de 2021, 7.862,18 € no ano de 2022 e 166.792,74 € no ano de 2023;**-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que, quanto à reformulação dos compromissos plurianuais, o Presidente da Câmara já havia feito uma introdução geral bem como a fundamentação de todas as reformulações, pelo que abriu o período de inscrições para o uso da palavra. Na ausência de intervenções, procedeu-se à votação do Quinto Ponto, tendo sido aprovado por unanimidade.-  
-----

**6º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da reformulação do Compromisso Plurianual, previsto na alínea c) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo aos Serviços “Software As A Service” para a Smartcity, no valor total de 201.719,75 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo 61.636,63 € no ano de 2021, 67.239,96 € no ano de 2022, 67.239,92 € no ano de 2023 e 5.603,24 € no ano de 2024;**-

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, avançou para o processo de votação do Ponto Sexto uma vez que não se registaram



pedidos de intervenção. A proposta foi aprovada com vinte e quatro (24) votos a favor, dezasseis (16) do PS, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU, e uma (1) abstenção do Chega.-----

**7º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para empreitada de construção de campos de padel nas antigas instalações dos Amigos de Lagoa, no valor global de 147.903,39 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2023;-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou tratar-se da terceira tentativa daquela obra que esteve prevista para ser executada em outubro de 2022. Contudo, o empreiteiro manifestou a sua indisponibilidade para realizar a obra na data prevista alegando a escassez do material necessário no mercado e as dificuldades em contratar mão de obra, solicitando que pudesse executar a mesma no início do ano de 2023. A última informação que têm, e que podem partilhar com a Assembleia, é a de que está à espera daquela aprovação para poder executar a obra, e espera que assim seja.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu, abriu o período de inscrições e na ausência das mesmas, avançou-se para a votação da proposta, que foi aprovada por unanimidade.-----

**8º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de empreitada de requalificação da Rua das Flores e das Amoreiras em Carvoeiro, no valor global de 157.770,40 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2023;-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** esclareceu ser exatamente a mesma justificação que a anterior, pois foram exatamente as mesmas razões, apenas com a nuance de que não foi a escassez de material, mas só as dificuldades em angariar mão-de-obra.-----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, aberto o período de intervenções, e na ausência das mesmas, prosseguiu-se com a votação, tendo sido aprovada a proposta por unanimidade.-----

**9º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de empreitada “Lagoa + Sustentável” – Fase 1 zona de influência do ponto de entrega de Alporchinhos, no valor global de 548.986,41 € (autoliquidação do IVA), sendo 408.858,25 € no ano de 2022 e 140.128,16 € no ano de 2023;-**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para um breve esclarecimento.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse, com o devido respeito, ser desnecessário porque já tinha falado sobre aquela obra na sua intervenção anterior, no âmbito da questão colocada pelo senhor Deputado José Inácio e que passou por pedir prorrogação por mais 64 dias para terminar no início do ano.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu tendo, em seguida aberto o período de inscrições. Foi, assim, concedido o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Luís José Soares Bentes.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Luís José Soares Bentes** cumprimentou os presentes e convidou um representante de cada bancada a visitar Porches, podendo organizar-se uma visita e gostaria de ter a presença dos demais para mostrar como estão em Porches.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o convite genérico e, não se tendo observado mais intervenções, procedeu-se à votação do Nono e último Ponto da Ordem do Dia, sendo a proposta aprovada por unanimidade. De seguida, e uma vez finalizada a Ordem do Dia, a Mesa propôs que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 57.º n.º3 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Não se tendo observado oposição à proposta apresentada, considerou-se a mesma aprovada por unanimidade. Consequentemente, deu o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato** cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: «Muito boa noite a todos. O senhor Presidente da Assembleia Municipal, face à ausência justificada da senhora Segunda Secretária, a Deputada Fátima Lopes, convidou para a Mesa em substituição a senhora Deputada Municipal Maria Lúcia Lourenço, saudou os presentes, nomeadamente o senhor Presidente, Vice-Presidente, senhoras e senhores



Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, jornalistas, cidadãos presentes na sessão e cidadãos que assistem à transmissão em direto desta sessão através do YouTube e Facebook do município, bem como da plataforma da Lagoa TV. Saudou e agradeceu aos técnicos e demais colaboradores do município, que nos assistem tecnicamente e que nos dão apoio nesta sessão, assegurando as necessárias condições técnicas, operacionais e de funcionamento, bem como a realização da transmissão em direto desta sessão. Reforçou junto dos presentes que sejam respeitados todos os procedimentos e condições de forma a garantir as condições ideais para a não interferência no normal funcionamento da sessão, nem na sua transmissão em direto, bem como a gravação e suporte vídeo e áudio, destinando a gravação áudio como suporte à elaboração da ata, a necessidade de que os cidadãos que intervêm na sessão, no início da sua locução, autorizarem a Assembleia Municipal a transmitir em direto e a gravar a sua intervenção, em suporte áudio e vídeo, bem como a utilizar os respetivos registos de som ou imagem para efeitos de transmissão em *streaming* e posterior divulgação em plataformas eletrónicas ou quaisquer outros suportes de comunicação, declarando aberta a Sessão Ordinária de 15 de fevereiro de 2023. Período de Intervenção dos Cidadãos - o senhor Presidente da Assembleia, como ponto prévio, informou que com a criação do novo site do município de Lagoa, apresentada a público no dia 16 de janeiro, a Assembleia passou a dispor de mais uma modalidade de inscrição no Período de Intervenção dos Cidadãos, para além do telefone e do e-mail, que consiste no formulário online a preencher e a submeter até às 17:00 do dia da sessão, tratando-se de mais uma ferramenta para facilitar o acesso dos cidadãos à Assembleia Municipal e estimular a participação cidadã na nossa democracia Portugal, informando de seguida que, dentro dos prazos previstos, foram inscritas seis intervenções e reforçou por um lado, os prazos de cada cidadão para intervir de acordo com o Regimento e, por outro, a necessidade de cada cidadão, ao iniciar, verbalizar a autorização para a divulgação áudio e vídeo à Assembleia Municipal. Deu de seguida a palavra ao cidadão Bruno Silva, à cidadã Judite Fernandes, ao cidadão Carlos Sobrinho, ao cidadão Júlio Piscarreta, à cidadã Anabela Blofeld e ao cidadão Nelson Gonçalves e o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para resposta e esclarecimento das questões suscitadas. Período Antes da Ordem do Dia - Leitura do expediente: foi por unanimidade dispensada, uma vez que foi enviado todo o expediente via e-mail desde a última Sessão Ordinária de 14 de dezembro. Pedidos de substituição: o senhor Presidente esclareceu que deu entrada na Mesa, por parte da senhora Deputada Municipal Rute Sobreira, do Movimento Lagoa Primeiro o pedido de suspensão pelo período de mais três meses, que termina no dia 15 de maio, sendo substituída pelo senhor Deputado Municipal João Oliveira. Substituição dos Deputados Municipais - O senhor Presidente da Assembleia informou que deram entrada na mesa três pedidos de substituição, dois por parte Municipal do Grupo Municipal do PS e do Grupo Municipal do PSD, verificando-se ainda a substituição solicitada pelo senhor Vereador Francisco Martins, sendo substituído pela senhora Vereadora substituta Rita Ruivinho. Apreciação e deliberação das atas das sessões anteriores: foram postas à apreciação e votação a ata n.º 9/2022 da Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2022 e a ata 10/2022 da sessão Extraordinária de 26 de outubro de 2022. Aberto o período de análise e reparos e, face à ausência de intervenções, foi aberto o período de votação, tendo as duas atas sido aprovadas por unanimidade. A renovação do mandato da representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Teresa Maria Ferreira Rodrigues indicada pelo Grupo Municipal do PS e designação da nova representante da Assembleia Municipal por parte do PSD, Ana Rita Boto à CPCJ de Lagoa, em substituição do





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Deputado Municipal João Rocha. Intervenções dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações: o senhor Presidente esclareceu que, dentro dos prazos estabelecidos, deram entrada nos serviços duas moções, uma apresentada pelo Bloco de Esquerda intitulada “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores” e outra apresentada pelo Grupo Municipal do Chega intitulada “Pelo combate à iliteracia: criação de bibliotecas móveis”, bem como dois votos de pesar apresentados pelo Grupo Municipal do Chega intitulados “Ao povo turco e sírio, vítimas do sismo dia 06/02/2023” e outro pela morte de sua Santidade o Papa Bento XVI. A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi defendida pelo senhor Deputado Municipal João Ramos. Aberto o período de análise e debate, verificaram-se quatro intervenções, uma parte Grupo Municipal do PSD, do senhor Deputado Municipal Luís Ribeiro, uma por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro, do senhor Deputado Municipal Joaquim Diamantino Ruivinho e uma por parte do Grupo Municipal do PSD, do senhor Deputado Municipal José Inácio Eduardo, e uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do senhor Deputado Municipal João Ramos. Na ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia pôs a moção à votação e foi reprovada com 16 votos contra por parte do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor, um por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 da CDU e 1 do Bloco de Esquerda, e 3 votos em abstenção, 2 do Movimento Lagoa Primeiro e uma do Grupo Municipal do Chega. A segunda moção apresentada pela senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão do Chega. Aberto o período para análise e debate, verificaram-se quatro intervenções, uma por parte do Grupo Municipal do PS, da senhora Deputada Maria Licínia Lourenço, uma do Grupo Municipal do PSD, do senhor Deputado Municipal José Inácio Eduardo e uma do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do senhor Deputado Municipal Jorge Ramos, e uma do Grupo Municipal da CDU, do senhor Deputado Municipal João Cabrita. Na ausência de mais intervenções, a moção foi posta à votação e foi reprovada com 16 votos contra do PS, 8 a favor, 2 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, um do Chega, um do Bloco de Esquerda e um da CDU, e um voto em abstenção por parte de um Deputado Municipal do Movimento Lagoa Primeiro. O Grupo Municipal do PS manifestou interesse em apresentar, posteriormente, declaração de voto. Os dois votos de pesar foram apresentados pela senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão do Grupo Municipal do Chega. Aberto o período de discussão de assuntos gerais de interesse do município, verificaram-se 6 intervenções, 2 por parte do Grupo Municipal do PSD, do senhor Deputado Municipal José Inácio e a senhora Deputada Municipal Telma Viana, uma da parte do Grupo Municipal do Chega, da senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão, uma do Movimento Lagoa Primeiro, do senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho e uma da parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do senhor Deputado Municipal Jorge Ramos e uma do Grupo do Movimento Lagoa Primeiro, do senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho. Face à ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para resposta e esclarecimentos. Passando ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia apresentou como proposta alteração da Ordem de Trabalhos de forma a passar o Ponto Nono para o Segundo Ponto, seguindo os restantes pontos sequencialmente, proposta que foi aprovada por unanimidade. Entrando no Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia abriu o período de análise e debate, verificando-se 3 intervenções, 2 por parte do Grupo Municipal do PSD, do senhor Deputado Municipal José Inácio Eduardo e uma por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro, do senhor



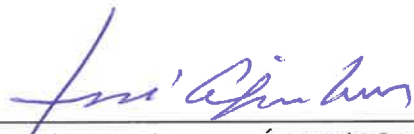
Deputado Diamantino Ruivinho. Face à ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara que respondesse e esclarecesse as questões suscitadas. Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos - O senhor Presidente da Assembleia convidou as Doutoradas Patrícia Jacinto e Elsa Assunção, em representação da CPCJ de Lagoa, para apresentação do Relatório Anual de atividades da CPCJ, tendo enaltecido o trabalho meritório de todos os que integram a CPCJ de Lagoa. O senhor Presidente da Assembleia agradeceu tendo enaltecido o trabalho meritório, agradeceu a apresentação detalhada, elucidativa e divulgadora, abrindo de seguida o período de questionamento e esclarecimento, verificando-se 4 intervenções, uma por parte do Grupo Municipal do PS, do senhor Deputado Municipal Carlos Ramos, uma da parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do senhor Deputado Municipal João Ramos e uma por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, do senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, tendo as questões suscitadas sido respondidas e esclarecidas, à medida que foram colocadas. O senhor Presidente da Assembleia, ao abrigo do Regimento propôs o prolongamento da sessão por mais uma hora, proposta que foi aprovada por unanimidade. Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos – O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta. Aberto o período de intervenções para análise e debate, verificaram-se 2 intervenções, uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do senhor Deputado Municipal Jorge Ramos e uma por parte do Grupo Municipal do PSD, do senhor Deputado Municipal José Inácio Eduardo e, face à ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara que respondesse e esclarecesse as questões suscitadas. O Terceiro Ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria com 24 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, um do Chega e um da CDU e um voto em abstenção do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos – O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta. Aberto o período para análise e debate verificaram-se 2 intervenções, uma por parte do Grupo Municipal da CDU, do senhor Deputado Municipal João Cabrita e uma por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, do senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho. Face à ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Câmara respondeu e esclareceu as questões suscitadas. O Quarto Ponto foi posto à votação, sendo aprovado por maioria com 16 votos a favor do PS, 5 votos contra, 3 do PSD, um do Movimento Lagoa Primeiro, um do Bloco de Esquerda e 4 votos em abstenção, 2 do Movimento Lagoa Primeiro, um do Chega e um da CDU. Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos - Aberto o período de análise e debate, nenhuma intervenção foi suscitada e o Quinto Ponto foi aprovado por unanimidade. Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos – Aberto o período de análise e debate, nenhuma intenção de intervenção foi apresentada e o Sexto Ponto foi posto à votação sendo aprovado com 24 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, um do Bloco de Esquerda, um da CDU e um voto em abstenção do Chega. Sétimo Ponto de Ordem de Trabalhos - O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta. Nenhuma intenção de intervenção no Sétimo Ponto, que foi posto à votação e aprovado por unanimidade. Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos – O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Assembleia para defesa da proposta. Nenhuma intenção de intervenção e o Oitavo Ponto foi posto à votação, sendo aprovado por unanimidade. Nono Ponto – O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para



defesa da proposta que prescindiu, uma vez que já a questão foi explicada em intervenções anteriores. O Nono Ponto da Ordem de Trabalhos teve uma intervenção por parte do senhor Deputado Municipal Luís Bentes e foi posto à votação, sendo aprovado por unanimidade.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a precisão e concisão do senhor Primeiro Secretário Pedro Lobato e questionou se havia alguma correção, retificação e reparo em relação à proposta de ata em minuta por parte dos senhores Deputados Municipais. Na ausência de intervenções, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovada a minuta declarou-se encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 15 de fevereiro de 2023. Informou-se, por fim, que a Assembleia reuniria em Sessão Ordinária no próximo dia 1 de março de 2023, pelas 21 horas, no Auditório Carlos do Carmo. Declarou-se, em seguida, encerrada a sessão ordinária. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



---

José Manuel Correia Águas da Cruz

O 1.º Secretário,



---

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

A 2.ª Secretária,



---

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes

